



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Jacira Alves Milan Lopes

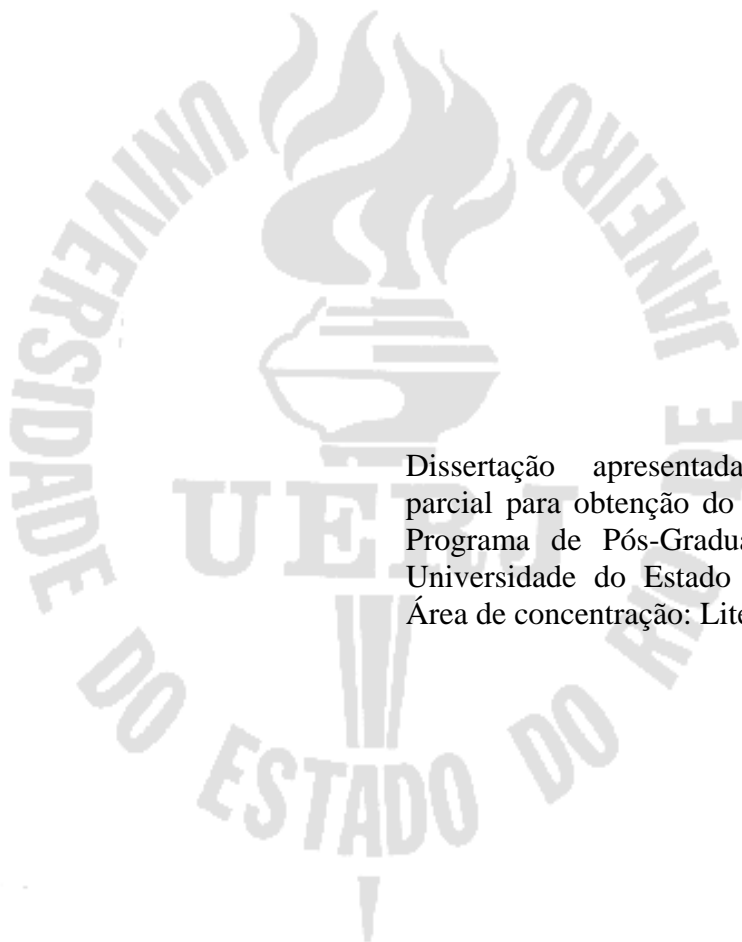
**Alexandre Herculano: o velho lobo intelectual de Portugal**

Rio de Janeiro

2013

Jacira Alves Milan Lopes

**Alexandre Herculano: o velho lobo intelectual de Portugal**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Batalha

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

H539	<p>Lopes, Jacira Alves Milan. Alexandre Herculano: o velho lobo intelectual de Portugal / Jacira Alves Milan Lopes. – 2013. 84 f.</p> <p>Orientadora: Maria Cristina Batalha. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Herculano, Alexandre, 1810-1877 – Crítica e interpretação – Teses. 2. Portugal – Vida intelectual – Séc. XIX – Teses. 3. Intelectuais e política - Teses. 4. Intelectuais – Portugal - História - Teses. 5. Ficção histórica portuguesa – História e crítica – Teses. 6. Romantismo – Portugal – Teses. I. Batalha, Maria Cristina, 1947-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 869.0-95</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Jacira Alves Milan Lopes

**Alexandre Herculano: o velho lobo intelectual de Portugal**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 25 de abril de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Cristina Batalha (Orientadora)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Claudia Maria de Souza Amorim  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. Valmir Miranda de Oliveira  
Faculdades Integradas Campo-Grandense

Rio de Janeiro

2013

## **DEDICATÓRIA**

À minha família pela força e a Deus pela luz e sabedoria.

A todos que acreditam em sonhos e ousam lutar por eles.

A todos os que lutam por uma sociedade mais justa.

## AGRADECIMENTOS

A Maria Cristina Batalha, mestra dedicada, compartilhou sua paixão pela Literatura Portuguesa. Professores e coorientadores Claudia Amorim e Valmir Miranda guiando-me com compreensão e amor por este trabalho apaixonante e enriquecedor. Obrigada por acreditarem em mim; pela paciência, principalmente, nestes últimos e mais difíceis momentos; e pela força.

A Deus pela força, luz e direção. Minha família: meu marido, meus filhos, minha afilhada, meus amigos Ronald Correa e Fabiana Mendes. Amigos e amigas em ação e oração para a concretização de mais esse sonho.

Ao corpo docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelas contribuições para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos professores, Claudia Amorim e Valmir Miranda por aceitarem participar da banca e contribuir com suas leituras para o meu aperfeiçoamento.

Aos professores, Sérgio Nazar, Claudia Amorim, Carmen Lúcia Negreiros, pelos ensinamentos, pelo incentivo e pelo carinho demonstrado em todos os momentos.

Ao final, agradeço de uma maneira toda especial mais uma vez a Deus e amigos que incentivaram e acreditaram em mim do princípio ao fim do percurso, confiando na minha capacidade e não permitindo que eu desanimasse. E também a família, peça fundamental nessa longa e incansável jornada, pelo companheirismo, tolerância e cumplicidade.

De todas as coisas que se oferecem aos homens para lhe rarear os momentos de ócio, é a leitura talvez a mais aprazível, e seguramente a mais proveitosa. Sem quebrar o seu repouso doméstico, sem vaguear pelas ondas do oceano, ou trilhar peregrino as sendas e desvios de países remotos, diante de seus olhos se corre o pano à cena do mundo passado e presente e do mundo da ciência e da arte; trava conversação com as personagens mais distintas de todas as épocas e com os mais nobres engenhos de todas as idades; trata as inteligências dos diversos países, e bebe a largos traços na taça da sabedoria. Cidadão de todas as repúblicas, membro de qualquer sociedade, contemporâneo de qualquer século, só o homem dado à leitura pode com verdade dizer que para ele foi o Universo criado.

*O Panorama, 6 de maio de 1837.*

Eu não me envergonho de corrigir os meus erros e mudar de opinião, porque não me envergonho de raciocinar e aprender.

*Alexandre Herculano*

## RESUMO

LOPES, Jacira Alves Milan. *Alexandre Herculano: o velho lobo intelectual de Portugal*. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Alexandre Herculano foi uma figura muito importante na História de Portugal. Primeiramente como historiador, recolhendo materiais que continham a História da Nação e que serviu como estudo para a preservação e divulgação de um passado glorioso. Como intelectual, engajou-se na política e assuntos sociais em benefício da nação portuguesa. Escrevendo e publicando artigos em importantes jornais e revistas da época, ou seja, o século XIX, sua figura identifica-se com a de um intelectual. Como tal, denunciou e alertou o povo sobre seus principais direitos e deveres como cidadãos portugueses. Sua grande preocupação também era em relação à educação porque, segundo ele, Portugal estava atrasado em relação a outros países europeus. Descrever Herculano como intelectual de Portugal é uma das propostas deste trabalho.

Palavras-chave: Alexandre Herculano. Intelectual. Século XIX. Portugal.



## **ABSTRACT**

Alexandre Herculano was an important personality in Portugal History. At first place like a historian, collecting materials that contained the nation history and supplied like a study to preservation and divulgation the glorious past. Like intellectual, he engaged in politics and social subjects to benefit the portuguese nation. He wrote and published important articles at the principal journals and magazines in the nineteenth century, his personality is like intellectual. Like intellectual, he denounced and warned people about their rights and duties like portuguese citizens. He had great preoccupation about education in Portugal, because Herculano considered it in a low degree in comparison with other european countries. The proposal of this work is to describe Alexandre Herculano like intellectual in Portugal.

Keywords: Alexandre Herculano. Intellectual. Nineteenth century. Portugal.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1	<b>O QUE É UM INTELLECTUAL?</b> .....	17
1.1	<b>O intelectual na visão de Jean Paul Sartre</b> .....	21
1.1.1	<u>A função do intelectual segundo Sartre</u> .....	22
1.2	<b>Os intelectuais segundo Antônio Gramsci</b> .....	26
1.3	<b>A visão dos teóricos e o exemplo de Alexandre Herculano</b> .....	31
2	<b>ALEXANDRE HERCULANO: O HOMEM E SEU TEMPO</b> .....	34
2.1	<b>A política e a intelectualidade</b> .....	36
2.2	<b>A moral e o ponto de vista religioso</b> .....	51
2.3	<b>Liberalismo, Religião e Patriotismo</b> .....	58
3	<b>HERCULANO E O ROMANTISMO</b> .....	62
3.1	<b>O Romance Histórico</b> .....	68
4	<b>HERCULANO, O VELHO LOBO: EM SUA QUINTA NO VALE</b> .....	73
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	79
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

Sabemos que os intelectuais sempre perceberam a si mesmos como analistas dos fenômenos sociais, críticos das estruturas vigentes e agentes transformadores da sociedade da qual fazem parte. O intelectual tem um tradicional caráter agitador e mobilizador na sociedade diante das injustiças cometidas pelo Estado e/ou pelo pensamento ideológico burguês. A ele também cabe o papel de tentar modificar o pensamento público através da mobilização e conscientização popular, bem como colocar corretamente a questão do poder e investir contra os muros que se erguem, impedindo que o cidadão raciocine e atue na sociedade. Além disso, o intelectual tem o dever de manifestar seus pontos de vista e vontade políticos no plano nacional, comunitário e profissional, para que mais tarde possam ser constituídos governos e organizações sindicais dignos do nome. Se sua função é notoriamente importante nos dias de hoje, sabemos que nem sempre podemos nos referir a “intelectual” ao longo dos tempos do mesmo modo que o fazemos hoje. Não apenas o termo em si não existia até bem pouco tempo, como tampouco sua função e papel social eram os mesmos.

A proposta está voltada para o percurso político, no qual Herculano se envolve a partir do exílio, para a escrita de suas principais obras literárias que estão intrinsecamente ligadas a esse envolvimento político e, conseqüentemente, para a sua intelectualidade. O termo intelectual atribuído as suas atividades literárias era quase desconhecido em sua época, vindo ganhar notoriedade a partir de 1898, em Paris, para se referir ao Caso *Dreyfus*, defendido por Zola.

Sendo assim, traçamos um caminho que consideramos que seja mais esclarecedor para melhor entendimento do que seja um intelectual. Em um primeiro momento, elegemos alguns teóricos, a saber, Jean Paul Sartre e Antonio Gramsci, para melhor exposição sobre o papel do intelectual, desde a sua origem até as possíveis transformações ocorridas a partir do surgimento dessa figura na História. Em seguida, tomamos o caso particular de Alexandre Herculano, objeto central deste estudo, no contexto social, político e literário de Portugal do século XIX. Alexandre Herculano escrevia e publicava de forma incansável textos sobre a História de Portugal, inclusive na forma de um gênero nascente em outros países, mas que, em Portugal, surge com características muito peculiares: o romance histórico. A partir desses modelos de textos, muitas vezes considerados como um meio de divulgar a História para um público não acostumado com o rigor acadêmico ao se tratar de assuntos historiográficos, propagavam-se os princípios de uma nacionalidade que era construída a partir da identificação com um passado nacional vitorioso. Sendo assim, Herculano participa dessa intelectualidade

nascida com o regime liberal português, cujas preocupações sociais priorizavam a popularização das Letras e da maior divulgação cultural, com o objetivo de atingir uma camada da sociedade desprestigiada de tais meios, objetivando, desta forma, elevar a nação portuguesa ao nível dos países que considerava cultos, e primando pela formação de cidadãos conscientes de seu passado, onde resgatariam os bons valores de uma sociedade que já vivera seus anos de grandeza. Herculano, portanto, atua nas questões políticas e sociais pelas quais lutava no início de sua carreira através do maior talento que possuía: escrever. É com base nesses ideais que publica vários textos acerca de Portugal, e é através da escrita que intenciona ouvir as opiniões e os objetivos de parte dos intelectuais liberais oitocentistas, do qual era um dos representantes mais destacados. Pretende-se com este trabalho esclarecer quem foi Alexandre Herculano sob um viés pouco explorado, o de historiador-autor como intelectual, ou seja, o propósito é o de examinar esse autor-historiador através de sua participação como intelectual na sociedade portuguesa. Sendo Herculano bastante atuante na vida política e cultural de Portugal, participante ativo das disputas políticas, e preocupado com o desenvolvimento das Letras e da Educação de seu país, vislumbramos através de toda essa trajetória a grande oportunidade de falar desse autor por este perfil ainda pouco analisado.

A partir de agora, veremos os conceitos de alguns teóricos que refletiram sobre o valor e papel da figura do “intelectual”; em seguida, veremos estas considerações no que concerne a Alexandre Herculano e seu papel como intelectual português.

## 1 O QUE É UM INTELLECTUAL?

O conceito de intelectual na narrativa do ocidente não esteve nunca separado de polêmicas, conforme nos mostra Bobbio (2000). O nome é relativamente recente, mas o tema é deveras antigo, segundo o referido autor, ao menos desde a ‘República’ de Platão os pensadores “se ocuparam e se preocupam, ainda que sob denominações diversas, com o que devem fazer os filósofos, eles próprios, na sociedade, com a influencia que exercem, ou devem exercer nessa sociedade” (BOBBIO, 2000). O autor já citado opõe duas linhas de pensamento sobre o papel do “intelectual” remontando a citações de Platão e Kant, o primeiro pregando uma aliança inseparável entre o filósofo, o homem que pensava a sociedade, e o rei, ou seja, o representante do poder. Essas funções, para Platão, não poderiam ser exercidas separadamente, desta maneira filosofia [intelectualidade] e poder deveriam estar em um mesmo indivíduo. Kant vai em direção contrária; como aponta Bobbio, defende a ideia de que não é verídica a conciliação entre rei e filósofo e que não se pode esperar nem ainda desejar tal aliança, mas que os filósofos devem ser mantidos pelos reis ou povos soberanos sem reduzi-los ao silêncio nem deixá-los desaparecer, e conclui o referenciado autor: “E desde que essa classe [filósofos], por sua natureza, é imune ao espírito faccioso e é incapaz de conspirar, não pode ser suspeita de fazer propaganda” (BOBBIO, 2000). Para o autor, o surgimento da palavra intelectual, há apenas um pouco mais de um século, não deve apagar o fato de que sempre existiram os temas que são postos em pauta por ela.

Após esse pensamento e esses postulados, o teórico acima – Bobbio – dá um salto em seus comentários e dirige o olhar para o pensamento medieval, a saber, o pensamento centrado no já concebido poder legitimado das Universidades, centros de pensamentos eurocêntricos.

É durante o período de criação das universidades, na Idade Média, que surge a figura do intelectual distanciada já do âmbito eclesiástico. É sabido que, durante a Idade Média, os intelectuais eram antes de tudo filósofos religiosos. Com o surgimento das cidades, no fim do referido período, as universidades passam a abrigar estudiosos que já não são totalmente associados à igreja. É a laicização do ensino. É dessa época o aparecimento do intelectual no sentido mais próximo de modernidade. Dessa época até o século XVIII, o intelectual é o homem de letras, de saber humanístico e filosófico. É o *Philosophe*.

Historicamente, temos o conhecimento de que um dos principais espaços de atuação do intelectual era a universidade. A ciência seria parte da ideologia do intelectual, assim como

a dedicação à prática científica e o desejo do exercício de um cargo no ensino superior enquanto modo de distinção social. Os ditos intelectuais procuram as instituições superiores de ensino para apoio e para organização; partem da sociedade, e a esta retorna com propostas embasadas no conhecimento técnico-científico adquirido através dos estudos. Devido à ação reflexiva, o intelectual é portador de uma autoridade científica quando se expressa.

Mas nem sempre a figura do intelectual coincide com a do docente universitário, já que as devidas fontes do saber não são exclusividade dos centros universitários. Um bom exemplo disso se faz com o autor escolhido como centro de nossas reflexões: Alexandre Herculano.

Herculano foi um intelectual atuante na vida política e cultural de Portugal, participando das disputas partidárias e sempre preocupado com o desenvolvimento das letras e conseqüentemente com a educação em seu país.

É, portanto, a partir desse viés que traçaremos nossos estudos e posicionamentos: a visão intelectual daquele que construiu o saber a partir de leituras e observação, posicionamentos político-sociais, econômicos e educacionais.

Sartre considera que a noção de intelectual está intimamente marcada por sua historicidade. Segundo ele, a palavra só adquiriu *status* de substantivo para além do de adjetivo (intelectual como aquilo que é relativo ao intelecto) no final do século XIX. Na França a noção surge a partir do famoso caso Dreyfus<sup>1</sup>.

Sempre existiram pessoas com características que hoje atribuímos ao intelectual em geral, porém, não são somente essas características que são determinantes dessa noção, mas sim as relações sociais em meio às quais surge tal noção, o contexto de sua produção e o sentido desta. Sendo assim, a noção de intelectual diz respeito a uma situação histórica específica em que homens dedicados a atividades intelectuais desempenham determinadas funções que têm repercussões ou conseqüências específicas e novas e dentro da estrutura social da época. O intelectual tem de estar totalmente voltado para o que seja mais importante para o povo, para a pátria, seus interesses nacionais, suas instituições e suas verdades (MARGATO, 2004).

A concepção de intelectual surge como uma acepção positiva; caso o intelectual não entenda as questões concretas, este terá uma concepção negativa, por ser incompleto, parcial,

---

<sup>1</sup> O caso Dreyfus foi um escândalo político que dividiu a França por muitos anos durante o final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894, um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. Dreyfus era, em verdade, inocente a condenação baseava-se em documentos falsos.

abstrato, moralista. Daí, talvez, perca o ‘status’ de intelectual. Além disso, por se valer do espaço público do debate, ao se expressar publicamente, pretende influenciar a opinião pública para convencê-la, contra seus próprios interesses e, portanto, por sua incompletude não teriam – os intelectuais – competência para interferir em assuntos que não fossem de sua especialidade. Ou seja, ele seria, como se diz em ditos populares, “*aquele que se mete naquilo que não lhe diz respeito*”.

Talvez a concepção de intelectual que temos hoje não seja negativa, apesar de ainda aparecer sob este aspecto. A imagem de intelectual que temos é muito próxima da do homem de letras ou dos *Philosophes* do século XVIII, principalmente franceses, que procuraram idealizar uma sociedade na qual houvesse liberdade e justiça social. Na verdade, as “estruturas sociais” que deram origem a esse “modelo” de intelectual são as mesmas que, desenvolvidas, farão aparecer os propriamente denominados intelectuais do final do século XIX. Ou seja, as atividades dos “precursores” em relação aos intelectuais contemporâneos não são o que os diferenciam, mas sim a inserção social específica dessas atividades. Podemos exemplificar o paralelismo do engajamento de Voltaire no caso Calas e o de Zola no caso Dreyfus. A diferença entre ambos, para além das semelhanças, pode ser vista exatamente no fato de essa imagem pública dos *philosophes* ser predominantemente positiva e não negativa, e nos resultados opostos do processo de engajamento intelectual supracitados, o sucesso do empreendimento de Voltaire e o fracasso no caso Dreyfus. Nas palavras de Sartre,

Em suma, o que os filósofos fazem é aquilo que hoje em dia se censura aos intelectuais: utilizam seus métodos para outro fim que não o deveriam alcançar, ou seja, para constituir uma ideologia burguesa, fundada sobre o cientificismo mecanicista e analítico. Eles devem ser vistos como os primeiro intelectuais? Sim e não. Na verdade, são os aristocratas que os censuram, à época, por se meterem onde não eram chamados. E os preladados. Mas não a burguesia. É que sua ideologia não é tirada do nada: a classe burguesa a produz em estado bruto e difuso em e por sua prática comercial; ela se dava conta de que precisava deles para tomar consciência de si mesma através dos sinais e símbolos; para dissolver e romper as ideologias das outras classes sociais. Os “filósofos” aparecem assim como intelectuais orgânicos, no sentido que Gramsci dá à palavra; nascidos da classe burguesa, encarregam-se de exprimir o espírito objetivo dessa classe. De onde vem esse acordo orgânico? De início, do fato de que são engendrados por ela, levados por seus sucessos, penetrados por seus costumes e seu pensamento. Em seguida, é sobretudo, do fato de que o movimento da pesquisa científica, prática, e o da classe ascendente se correspondem, espírito de contestação, rejeição do princípio de autoridade e dos entraves do livre comércio, universalidade das leis científicas, universalidade do homem oposta ao particularismo feudal, esse conjunto de valores e de ideias que culmina finalmente nestas duas fórmulas: todo homem é burguês e todo burguês é homem. (SARTRE, 1994, p. 21)

Deste modo, o conceito de intelectual que talvez pudesse ser atribuída aos *philosophes* seria altamente crítico, aquele que organiza o debate público sobre aquilo que diz respeito a todos e esclarece o público a respeito dos saberes que tem; seria aquele que age a partir de suas produções espirituais para o progresso da humanidade, que se desvencilha de suas ocupações mundanas para, autonomamente, por assim dizer, com a força de seu espírito, encarregar-se de uma tarefa em prol da humanidade.

Não se trata apenas, portanto, de refletir sobre o mundo, de desvendá-lo aos olhos dos incrédulos, mas de arrancar os homens da sua consciência feliz, isto é, da sua ignorância perante o mundo e a condição humana no mundo, tencionando-os para transformá-lo. Se a palavra é ação, ação não é contemplação. Como enfatizou Marx: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX e ENGELS, 1982, p. 3).

Entre a época dos *philosophes*, anterior à própria noção de intelectual, e o século XIX, o valor atribuído aos intelectuais não era muito claro. Segundo Sartre, o século XVIII representa a grande chance, única na história, e o paraíso perdido dos escritores franceses (SARTRE, 1993, p. 77). Isso porque a situação social peculiar em que se encontravam permitiu-lhes um lugar independente a partir do qual pudessem exercer a liberdade de crítica. Tais escritores, homens de letras ou filósofos, estão entre duas classes, os nobres, que sempre os leram e que os sustentaram, e a sua classe de origem, a burguesia, que passa a ser leitora e constitui, nessa época, uma classe oprimida, mesmo que só politicamente. Essa situação lhes permite, portanto, pela primeira vez na História, a ampliação do público ao qual se dirige e a formação de um público heterogêneo, não especialista e em potencial expansão. Sendo assim, há necessidade da tarefa de esclarecimento.

Os clérigos medievais e os filósofos e escritores do século XVII francês escrevem para um público muito limitado para se pensarem como portadores de uma mensagem universal e transformadora. A escrita ou a produção intelectual só pode ser pensada como um ato com peso social e político se ela extravasar a limitação daqueles que escrevem, se ela for, de fato, a comunicação com um público diferente. Um público que se possa esclarecer a respeito de algo, que ele possa desalienar-se em alguma medida. Será, portanto, a primeira vez na História que a Literatura, por causa disso, poderá existir plenamente em sua essência: identificar.



### 1.1 O intelectual na visão de Jean-Paul Sartre

Podemos dizer que Sartre tem um pensamento centralizado sobre a função ou lugar do intelectual na proporção em que considera como sendo um momento crucial para a compreensão das relações entre sua produção filosófica, literária e sua atuação política. Jean Paul Sartre (1905-1980) sempre foi visto como uma pessoa contraditória, como marxista e idealista burguês, engajado e alienado, profundo pensador, jornalista intelectual, revolucionário, conservador. Tal imagem se originou devido a sua atuação plurifacetada em um controvertido percurso intelectual, mesmo assim permite a reflexão sobre a função do intelectual e suas possíveis mudanças, já que ele também foi considerado o *intelectual do século XX*.

A existência de uma função social para os intelectuais abrange, antes de mais nada, uma dimensão teórica e uma prática, pois, envolve questões epistemológicas, ontológicas, éticas e políticas. Para poder definir o que é e o que faz o intelectual, é preciso definir as possibilidades de conhecimento da realidade histórica. A partir dessa compreensão, poderemos entender a realidade específica em que surge essa figura e as suas possibilidades próprias, que fazem de sua prática uma ação ética e política diante da sociedade que o produz e possibilita sua ação.

É isso que Sartre denominará seu engajamento. Sartre intenciona defender os intelectuais das acusações que normalmente lhe são feitas, como o próprio texto intitulado sugere “Em defesa dos intelectuais” e o faz tentando compreender o que é o intelectual através de sua origem histórica e do papel que ele pode desempenhar dentro de sua situação. É esse papel que o aproxima da função de escritor engajado. Estar engajado na literatura é consequência de sua própria definição e, apesar de se realizar de formas diferentes e nos diversos períodos da História, nunca está completamente ausente. O intelectual legítimo surge em uma situação histórica específica; ao contrário do escritor, não escolhe sua função, ela é consequência de sua situação, mas essa função historicamente datada se confunde com a do escritor, já que ambos pretendem comunicar seu conhecimento da verdade histórica como um comprometimento ético em sua própria situação, apelando para uma ação de seu público no sentido de conhecer também essa verdade, e influenciar uma desalienação e desmitificação desse público na proporção em que isso colabora para a liberdade histórica desses sujeitos. E diz Sartre:

A decisão de usar a escrita como instrumento para uma ação de comunicação e conhecimento, o intelectual tem um aparecimento indeterminado na história que o leva a tal função. O escritor possui uma certa legalidade social mesmo sendo somente consumidor em uma sociedade voltada para produção, originária das funções que são atribuídas à literatura e que não correspondem a sua verdadeira essência. (SARTRE, 1994, p. 43)

O intelectual não possui lugar nenhum nessa sociedade, por não pertencer à classe trabalhadora, não é aceito por sua própria classe. Por isso, a noção de intelectual surge a partir das críticas que são endereçadas a esta figura contraditória. Ao defender os intelectuais das críticas que sofrem, Sartre nos diz que podemos verificar que elas são as mesmas em toda a parte e que giravam em torno de censura fundamental:

O intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto de verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global de homem e da sociedade- concepção hoje em dia impossível, portanto abstrata e falsa, já que as sociedades de crescimento se definem pela extrema diversificação dos modos de vida, as funções sociais, dos problemas concretos. (SARTRE, 1994, p. 14-15)

Para rebater tais críticas, Sartre buscará compreender o que é um intelectual e quando ele surge, e as referências para tal concepção são explicitamente os conceitos marxistas, principalmente os relativos à luta de classes e à produção da ideologia, e as reflexões gramscianas sobre o assunto. As posições que Sartre assume parecem ter coerência com as posições do próprio intelectual engajado que ele foi, inclusive suas posições nas famosas polêmicas travadas com seus célebres amigos Albert Camus e Merleau-Ponty. Isso fica claro *Em defesa dos intelectuais*, já que os exemplos que o filósofo cita são questões sociais e políticas nas quais se engajou ativamente enquanto intelectual.

### 1.1.1 A função do intelectual segundo Sartre

Quando Sartre traça o percurso do termo e as diferentes atribuições e funções do “intelectual” em seu ensaio, Sartre se abstém de falar da Antiguidade e inicia seu histórico na Idade Média. Várias são as interpretações sobre essa abstenção, desde os mais arbitrários como a de que o filósofo não dispunha de muitos conhecimentos para tal, até algumas mais fundamentadas, como a falta e/ ou as interpretações contrárias sobre a importância da escrita na Antiguidade e sua possível cultura predominantemente oral, até a escolha em lidar com a

realidade francesa, cuja língua propriamente dita começa a ser formada na Idade Média (século XI).

Jean Paul Sartre inicia assim seu histórico na Idade Média, quando as “atividades do espírito” eram atribuídas a uma única classe de especialistas, os clérigos, que, inclusive, tinham o monopólio do saber ler e escrever e, portanto, constituíam o seu único público. Os clérigos escreviam para serem lidos entre seus iguais. Nessa época, também a organização da produção material não depende tanto das funções intelectuais, fazendo com que os clérigos, certamente com uma função social muito importante na difusão da cultura e da ideologia, não sejam exatamente a classe dominante economicamente, apesar de estarem ligados a ela e de possuírem o mesmo status. Essa classe é a nobreza, que é, então, letrada. Assim, a difusão da “cultura” da época, por assim dizer, pelos clérigos, não depende diretamente de sua atividade de escritor, mas de outras atividades. Para Sartre, como escritor, eles não tinham a “função essencial” de autoria e do intelectual de “desvelar” a realidade a algum público, porque os próprios escritores se confundiam com o público. O clérigo, inclusive, nem poderia ser, dizer de Sartre, considerado um especialista do saber (como os cientistas ou técnicos do saber prático), porque a ideologia que difunde e “inculca” nas outras classes, o cristianismo, é

uma imagem mítica do mundo, um mito totalitário que, ao mesmo tempo que exprime a consciência de classes da Igreja, define o lugar e o destino do homem num universo sagrado por inteiro, dá precisão à hierarquia social. (SARTRE, 1994, p. 18)

A situação dos escritores e filósofos franceses do século XVII é parecida; eles também quase ou praticamente coincidem com o seu público, mas por outros motivos. No entanto, isso também os impede de desempenharem verdadeiramente a função do escritor e do intelectual. É certo que é nesse século que surge o Grande Racionalismo como movimento filosófico que dará fundamento à especificação dos saberes suas ciências, que serão indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo. No dizer de Sartre

As frotas comerciais implicam a existência de cientistas e de engenheiro; a contabilidade de partidas dobradas exige calculadoras que darão nascimento aos matemáticos; a propriedade real e os contratos implicam a multiplicação dos homens da lei, a medicina se desenvolve e a anatomia está na origem do realismo burguês nas artes. Esses especialistas em meios nascem, portanto, da burguesia e na burguesia; não são uma classe nem uma elite: totalmente integrados no vasto empreendimento que é o capitalismo comercial, fornecem-lhe os meios de se manter e se ampliar. Esses cientistas e essas práticas não são guardiães de nenhuma ideologia, e sua função não é, certamente, a de dar uma à burguesia. (SARTRE, 1994, p. 19)

É ainda, entretanto, uma produção do saber fechado no círculo dos sábios, estes não se empenham em construir uma ideologia, apesar de a burguesia já entrar em conflito com a Igreja, o que dificulta o desenvolvimento do capitalismo comercial. Sartre pontua:

No conflito que opõe os burgueses à ideologia da Igreja, pouco intervirão: os problemas se formulam no nível dos clérigos e por eles; estes se opõem entre si em nome da universalidade sintética, no momento em que o desenvolvimento do comércio tiver feito da burguesia uma potência a integrar. [...] Os homens do saber vivem esses conflitos, eles os interiorizam, sentem suas contradições, mas não são ainda seus agentes principais (SARTRE, 1994, p. 18-19).

Ao mesmo tempo, a literatura francesa do século XVII, a escrita por princípio destinada à comunicação cotidiana com um público pretensamente de “não especialistas em saberes”, é destinada a um público muito limitado que são os poucos leitores de tal época, a assim chamada sociedade ou *la ville et la cour*. Aqui Erich Auerbach caracteriza esse público de forma próxima à de Sartre:

Este mundo formal [da literatura francesa do século XVII] é a expressão de uma parte da sociedade, uma parte muito específica, que vive sob condições muito especiais, e a importância funcional dessa parte era menor do que o prestígio que ela possuía deixaria presumir. Pois o sentido histórico do absolutismo perfeito não fora criar um monarca enaltecido, rodeado de uma grande corte; o seu sentido fora muito mais, concentrar as forças da nação, destruir as tendências centrífugas, organizar uniformemente a política, a administração e a economia. A corte é que, por assim dizer, apenas um subproduto desse processo; ela não devia a sua existência a uma função que necessariamente devia ser preenchida; ao contrário, a aristocracia confluía em direção ao rei porque, em qualquer outra parte, não tinha mais função alguma; somente a partir da sua nova existência junto ao rei surgiu-lhe a função de servir à corte. Considerando-se, como é absolutamente necessário, que não somente a corte, mais também *la ville* foi portadora da cultura francesa clássica, também esta não é senão uma pequena minoria que, embora não deixasse de influenciar a matização do gosto do tempo, não possuía uma autoconsciência positivamente burguesa, nem no âmbito político, nem no estético. **La ville et la cour** coincidem em duas importantes características; era gente culta - quer dizer, nem erudita, como os especialistas, nem cru e ignorante esforçava-se por atingir o ideal não - especializado e não profissional do **honnête homme** [...] (AUERBACH, 2002, p. 350-51).

Um público mais amplo do que o dos clérigos, mas nem por isso menos homogêneo. Segundo Sartre,

Nesta época, estava em vias de completar-se a laicização do escritor e do seu público. O fenômeno certamente se origina da força expansiva da coisa escrita, do seu caráter monumental e do apelo à liberdade que toda obra do espírito contém. Mas algumas circunstâncias exteriores contribuíram, tais como o desenvolvimento da instrução, o enfraquecimento do poder espiritual, a aparição de novas ideologias expressamente destinadas ao temporal. No entanto, laicização não quer dizer universalização. O público de escritor permanece estritamente limitado. Tomado em

seu conjunto, esse público se chama sociedade, e este nome designa uma fração da corte, do clero, da magistratura e da burguesia rica. Considerado singularmente, o leitor se chama **honnête homme** e exerce certa função de censura denominada gosto. (SARTRE, 1993, p. 69)

Ou seja, esse público, que não tem exatamente uma identidade de classe, mas sim de princípios e valores conservados do passado, não traz novas possibilidades ao escritor também porque se identifica de certa maneira com ele. No século XVII, “saber escrever já é saber escrever bem” (SARTRE, 1994, p.62). A escrita, então, não é um meio de comunicação, ou de publicidade, como se tornará no século XVIII, é um meio de distração. Enfim, eis a novidade do século XVIII, que torna possível um novo tipo de escrita e que possibilita a escrita efetivamente se tornar ação e, portanto, prenuncia o nascimento dos intelectuais. Segundo Sartre, no século XVIII,

uma obra de espírito era duplamente um ato, pois produzia ideias que deveriam originar transformações sociais e punham em risco seu autor. [...] No tempo dos enciclopedistas, não se trata mais de libertar o *honnête homme* das suas paixões, devolvendo-lhe sem complacência o reflexo delas, mas sim contribuir com a pena para a libertação política do homem em geral. (SARTRE, 1993, p. 84)

A particularidade desses precursores dos intelectuais é que eles, como integrantes da burguesia ascendente, fazem parte efetiva de uma transformação social em andamento, mesmo que não com a função que eles próprios se davam. Isso fará deles os exemplos por excelência (serão os únicos) do conceito gramsciano de “intelectual orgânico”:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de nova cultura, de um novo direito, etc., etc (...) Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI, 1978, p.15-16)

Essa mudança do escritor é descrita por Pierre Lepape, como o próprio surgimento do intelectual, que teria tido em Voltaire seu símbolo, principalmente no fim da vida quando ele se engaja no caso Calas e se concebe explicitamente como representante de uma “consciência coletiva”, aquele que realiza funções de fazer surgir a publicidade das questões que interessam a todos os homens independentes dos especialistas. Segundo Lepape, então:

De repente, era a própria condição de escritor que se alterava na sociedade. Ele era o ornamento, o bufão ou turiferário privilegiado, quando muito o pensador agradável, o mestre da elegância e da boa educação; e ei-lo promovido a guardião dos valores universais da humanidade, vigia e porta voz da sociedade civil contra o arbítrio e o despotismo da sociedade política. O homem de letras transformava-se em intelectual - então ainda se dizia “filósofo”, graças ao mesmo movimento pelo qual o público se transformava em opinião pública e passava de expressão dos gostos e costumes privados a expressão das opções e opiniões de natureza política. (LEPAPE, 1995, p. 237)

Com esse novo público e o aparecimento da ideia de publicidade, o escritor ou filósofo (chamado por Lepape de intelectual) torna-se um profissional da comunicação, para dizer a todos os que liam aquilo que até então permanecera fechado nos limites do salão, do lar. Inicia-se, portanto, a possibilidade de discussão das questões públicas e de uma imagem mais ampla que a sociedade poderia fazer de si mesma e, na mesma medida, a possibilidade de uma consciência mais reflexiva, mais ampla, envolvendo mais aspectos da realidade que não o simples âmbito psicológico (como acontecia no século XVII, por exemplo).

O público desse escritor, entretanto, ainda apresentava restrições bem marcadas, é toda uma classe que estava excluída dele, o que também restringia a extensão dessa consciência reflexiva. A universalidade a partir da qual esses “intelectuais” falavam e para qual se dirigiam era abstrata, foi a própria construção de ideologia burguesa da igualdade formal dos homens que definitivamente excluiu a classe trabalhadora do âmbito do espaço público da discussão e da divisão dos bens ampliados pelo uso dos novos saberes. (SARTRE, 1994, p. 69)

## 1.2 Os intelectuais segundo Antônio Gramsci

A obra de Gramsci foi escrita de forma fragmentada, possui várias interpretações assim como algumas divergências a respeito de seus conceitos principais, mas não se pode negar a centralidade da questão dos intelectuais já que nela há uma ligação entre suas preocupações filosóficas e as preocupações políticas. O tema se encontra em momentos diversos da obra, ligado a outros conceitos, mas recebe também um caderno quase inteiramente dedicado a ele, o Caderno 12, “Apontamentos e notas dispersas para uma história dos intelectuais” (2001). O projeto filosófico de Gramsci propõe repensar a “filosofia da praxis” (como ele frequentemente denomina o marxismo) como sendo uma filosofia dialética e histórica na sua essência e que superou o idealismo e o materialismo não dialético,

opostamente à que alguns de seus seguidores fizeram dela, transformando-a em um determinismo materialista, sendo influenciados pelo positivismo. O projeto é radical na medida em que Gramsci pensa sua época com fidelidade ao método marxista e não somente aos conceitos criados por Marx no século anterior, na medida em que ser fiel ao método recaía no pensamento histórico e não transportar dogmaticamente conceitos para outra realidade histórica, daí a criação de conceitos novos que “enriqueceram” a teoria e permitiram pensar de forma diferente, entre outras questões, o lugar dos intelectuais.

Um dos pontos de pensamento de Gramsci de grande polêmica refere-se exatamente a sua interpretação das relações dialéticas entre a teoria e a prática. Para ele, não existe nada anterior a nenhum dos dois pólos porque a teoria é a própria práxis humana, ação consciente do ser humano imbricada a suas outras práticas e relações com a natureza e os outros homens. Sendo assim, ao contrário de outros desenvolvimentos do marxismo, Gramsci não faz a diferenciação entre ciência e ideologia. Dessa forma, transforma o conceito puramente negativo da ideologia e pensa nas possibilidades e mediações de compreensão do real das várias filosofias, dando crédito a todas e um aspecto de verdade localizada que se desenvolve através da história, podendo alcançar um ponto de vista mais amplo ou mais concreto devido as suas próprias condições de elaboração e difusão (GRAMSCI, 1978 ).

Gramsci, no entanto, afirma que a verdade é histórica, o que significa dizer que a realidade é construída pela práxis como realidade social não independente da ação humana e que, portanto, sua “apreensão” deve acompanhar suas modificações históricas e as possibilidades da posição social que o sujeito ocupa. Nesse sentido, o filósofo é considerado por alguns comentadores como idealista por negar uma realidade independente da práxis humana. Por critérios internos e externos é possível ainda, no pensamento de Gramsci, fazer uma hierarquização das “teorias” ou concepções do mundo. A primeira diferença para essa hierarquização é aquela feita entre o senso comum, o bom senso e filosofia. Segundo Gramsci, “pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir” (GRAMSCI, 1978, p.12). Para Gramsci, o senso comum se caracteriza como uma visão de mundo fragmentada e sem coerência, que descontextualiza as noções criadas pelas filosofias de várias épocas e as liga de maneira desordenada no tempo presente, tornando os sujeitos inertes por não serem capazes de articular sua compreensão de mundo recebida externamente e suas máximas práticas, sua vida concreta. Por outro lado, a filosofia é um pensamento coerente apoiado nos problemas de sua época histórica e que, apesar de nascer em grupos restritos de intelectuais ou ser criação individual, ou seja, um individual coletivo,

como afirma o próprio Gramsci, possui em si também normas práticas e um núcleo de noções sobre o mundo, que podem se difundir para outros grupos e participar da formação do senso comum ou do bom senso. Assim bom senso pode ser considerado o “núcleo sadio do senso comum” podendo ser algo unitário e coerente como o é a filosofia, porém ao alcance de todos como princípio teórico-prático da vida dos mais simples (GRAMSCI, 2001, p. 18). Sendo assim, em alguns momentos o bom senso e a filosofia são identificados, porque a “filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o bom senso que se contrapõe ao senso comum” (GRAMSCI, 2001, p. 14).

O senso comum também é frequentemente identificado como folclore ou é enfatizada a presença nele de fragmentos de religião (que não se identifica com a religião dos intelectuais). Gramsci chama de “religião de intelectuais” a religião professada pelo clero da Igreja Católica com todas as sutilidades teóricas que ela comporta, como um pensamento externo que traz normas de ação heterônomas. Sobre a diferença entre modos de “concepção de mundo”, Debrun nos diz que

Não é fácil perceber a relação exata que Gramsci procura estabelecer entre filosofia e (Bom senso), senso comum e folclore. Mas parece que, da primeira ao último, verifica-se um enrijecimento progressivo, devido a uma perda de contato crescente com a história viva. O senso comum, mesmo quando pega algo da filosofia da época, só tem acesso a “pedaços” que, fora da sua inserção na totalidade, perdem parte ou a totalidade da sua inteligibilidade. Tornam-se pensamento coisificados, esclerosados. E, nessa medida, o senso comum já é folclórico (...). Quanto ao folclore propriamente dito, ele acentua essa tendência: consiste em fragmentos-religiosos, éticos, artísticos, cognitivos etc. – que remetem, quase todos, a experiências coletivas passadas. (DEBRUN, 2001, p. 232).

Segundo Gramsci, podemos dizer que “todos os homens são filósofos” ou intelectuais na medida em que, “inclusive na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na linguagem, está contida uma determinada concepção de mundo” (GRAMSCI, 2000, p. 11).

A tarefa prática de transformação da realidade e também de sua compreensão passa pela tarefa educativa de passar dessa “inconsciência”, dessa desagregação e incoerência presente no “folclore” ou no “senso comum” para uma consciência crítica (filosofia ou bom senso) e, portanto deixar de “participar” de uma concepção do mundo “importa” mecanicamente pelo ambiente exterior e pensar-agir a partir da liberdade possível (GRAMSCI, 2000). A tarefa do intelectual em uma sociedade é sempre educativa ou organizativa. Os intelectuais, portanto, são responsáveis pela passagem da filosofia dos



filósofos aos não filósofos sob a forma predominantemente prática do senso comum ou do bom senso. Assim, segundo Gramsci,

Criar uma nova cultura não significa apenas individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um “gênio filosófico”, de uma verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2001, p. 14)

Tal tarefa apresentada lembra bastante a função que Sartre atribuiu aos “intelectuais” do século XVIII, no entanto, diferencia-se na medida em que se concebe o conhecimento, sua relação com a prática e a consciência de sua própria visão de mundo de maneira muito mais complexa. Para Gramsci, os intelectuais não são homens especiais guiando o espírito humano para o progresso, porém eles possibilitam a ampliação do espaço público de discussão e compartilhamento cultural, dessa maneira amplia a consciência possível da realidade para todas as classes. Gramsci escapa do “idealismo” de Sartre por entender o conhecimento como um momento da práxis, como conhecimento “engajado” na realidade histórica da qual nasce e não como produto acabado do espírito humano que pode se sobrepor progressivamente. Essa concepção de teoria ou conhecimento torna possível, por exemplo, a coexistência em indivíduos ou classes de “duas concepções de mundo, uma afirmada por palavras e a outra manifestando-se na ação efetiva” (GRAMSCI, 2001; p. 14).

As “concepções de mundo”, as “filosofias” só podem surgir das condições materiais, em conjunto com suas mudanças. Uma nova concepção de mundo só pode surgir de outra classe que não a dominante no momento mesmo em que as condições materiais estão se modificando, porém é difícil a própria tomada de consciência dessa filosofia implícita ou inconsciente. É um ato político, do qual participarão os intelectuais, o qual proporciona a escolha e a crítica de uma concepção de mundo.

O pensamento é sempre ideológico, além de ter necessariamente aspecto prático ou político, é marcado pelo grupo social do qual se origina. Daí o conceito de Gramsci de “intelectual orgânico”, ou grupo de intelectuais originário de determinado grupo social que possui uma função no mundo da produção econômica, e não ser um grupo autônomo. Suas atividades podem estar ligadas a aspectos dessa atividade e não só a construção de uma ideologia como imagem enganadora da realidade, mas antes a criação da ideologia tem a

função de dar homogeneidade à classe dominante, de tornar coerente suas práticas econômica, política, moral, etc.

Para Gramsci, a noção de intelectual “avança” a partir do marxismo tradicional, e os intelectuais estão divididos em camadas mais ou menos ligadas à produção e o que os caracteriza é, antes de tudo, sua função organizadora. Sendo assim, podemos dizer que todos os homens são intelectuais (ou filósofos) como característica presente em todas as suas atividades, mas não em sua função social. Luciano Gruppi diz que a

noção tradicional de intelectual é, desse modo, radicalmente alterada. O que decide para Gramsci não é mais, como em Marx, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. O intelectual, ao contrário, é o quadro da sociedade; mais exatamente, o quadro de um aparato hegemônico. Nesse sentido, mesmo um sargento semi-analfabeto é um quadro e, por conseguinte, um intelectual. O trabalhador rural dirigente de uma liga, se é um dirigente capaz, mesmo que seja analfabeto ou semi-analfabeto, é um intelectual, na medida em que é um dirigente, um educador de massas, um organizador. (GRUPPI, 1978, p. 82)

Nem todos desempenham funções organizativas, mas todos podem desenvolvê-las. Dessa forma, torna-se claro o projeto político gramsciano: se é possível formar intelectuais nas classes que desempenham uma função essencial no mundo da produção e a “intelectualidade” é comum a todos os homens, os proletários ou “a massa trabalhadora” também podem possuir intelectuais orgânicos que encaminhem a organização da sociedade e da cultura em outra direção. Para Gramsci, formar um “intelectual” orgânico do proletariado é uma possibilidade objetiva de sua época. Sendo assim, se não há intelectuais desligados das classes sociais e se sua função é a organização da sociedade em seus vários âmbitos, a possibilidade de mudança social está ligada à possibilidade de surgimento de novos grupos sociais ligados a outras classes que não as dirigentes. Assim, é coerente dizer que toda teoria é ideologia e que, apesar de as mudanças sociais não existirem sem mudanças na estrutura econômica, também é necessária uma transformação cultural e moral para que a revolução aconteça. Logo, é importante para uma revolução que a massa tome consciência crítica da realidade e de sua vontade para poder agir e isso, por sua vez, é “permitido” e pela atividade de novos intelectuais ligados organicamente a essa classe emergente.

Os intelectuais, no sentido trabalhado por Gramsci, têm um peso bastante significativo nas sociedades modernas. Se ele faz apontamentos para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais, no fundo ele só desenvolve profundamente as características presentes dos intelectuais no mesmo período considerado por Sartre, também com vistas a examinar suas possibilidades futuras, afirma desta forma que a formação dos intelectuais no mundo feudal e

no mundo clássico precedente é uma questão que deve ser examinada à parte. É fato que funções intelectuais sempre foram necessárias socialmente, daí, a existência de intelectuais tradicionais, que no presente são provenientes do período feudal (clérigos e intelectuais humanistas) (GRAMSCI, Caderno 12, 2000). Gramsci nos lembra que

o enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las, [já que a] escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. (GRAMSCI, Cadernos do Cárcere, vol. 2, 2000, p. 19)

Através do texto de Gramsci, podemos entender que a escola formal não é o único meio dessa formação de intelectuais, porém uma atividade pedagógica que pode ser desenvolvida por outras instituições sociais e culturais, como, por exemplo, os partidos políticos.

### **1.3 A visão dos teóricos e o exemplo de Alexandre Herculano**

Apesar das considerações sobre os teóricos terem sido escritas em uma época posterior à atuação de Alexandre Herculano, podemos observar que muitas destas considerações nos remetem ao autor supracitado.

Segundo Sartre, para poder definir o que é e o que faz o intelectual, é preciso definir as possibilidades de conhecimento da realidade histórica e social. A partir dessa realidade específica em que surge essa figura e as suas possibilidades próprias que fazem de sua prática uma ação ética e política diante da sociedade que o produz e possibilita sua ação ao que Sartre denominara de engajamento. Todo esse conceito é semelhante e se encaixa perfeitamente no perfil de Alexandre Herculano, homem totalmente engajado e preocupado com a realidade histórica e com os rumos que a nação irá tomar. Com uma postura ética indiscutível e uma vida dedicada à causa pública numa sociedade em mudança, com todas as consequências sociais e pessoais daí resultantes, sua função de intelectual se confunde com a do escritor, pois ambos têm o objetivo de comunicar seu conhecimento da verdade histórica como um compromisso ético e influenciar na desaceleração e desmitificação do povo, colaborando com

a liberdade histórica desses sujeitos. O intelectual, assim como Herculano, tem de estar totalmente voltado para o que seja mais importante para o povo, para a pátria, seus interesses nacionais, pois o intelectual propriamente dito tem uma concepção global do homem e da sociedade. Sartre defendeu que: “o intelectual escritor não é neutro diante da realidade histórica e social”. O escritor engajado sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar, enfatiza ele. (SARTRE, 1993, p. 20). No contexto da sociedade capitalista, é impossível manter o sonho da imparcialidade diante da condição humana. Para ele, “a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele”. (SARTRE, 1993, p. 20). Todo esse conceito é muito aplicável à pessoa de Alexandre Herculano enquanto intelectual de Portugal. Seu real objetivo era tirar o povo da “inocência” na qual estava mergulhado. Através da sua literatura, com seus textos de intervenção, ele tenta libertar a nação do marasmo, chamando-a a refletir sobre as reais condições do país. Alexandre Herculano foi um intelectual completamente engajado politicamente. Assim como Sartre, ele não limitou suas atitudes ao mundo das ideias; não permitiu que seus textos ficassem restritos apenas ao espaço da ficção, transformava-os na expressão viva da literatura como arma política. Foi de grande relevância a ação de Herculano enquanto intelectual desde o momento em que contribuiu para a constituição de uma nova cultura, de novos valores sociais.

A obra de Herculano deixa transluzir a crise que atingia Portugal no século XIX. A intelectualidade dedicar-se-ia a denunciar essa crise e a analisá-la desde diferentes ângulos. Mas isso será abordado mais adiante em nossa produção.

No conceito gramsciano sobre o intelectual, pode-se inserir Herculano, devido ao seu comportamento como tal, possibilitando a ampliação da consciência da realidade para todas as classes, principalmente o proletariado. Ser intelectual em 1832-1834 significava substituir as instituições do passado pelas liberais, mudar o pensamento, a mentalidade do país. Fazendo algo que conferia ao intelectual a organicidade da mudança, utilizando a expressão de Antônio Gramsci, Alexandre Herculano como intelectual, era um intelectual orgânico, era o portador dessa mudança já no seu tempo. Encontrava-se envolvido na educação das novas gerações, em organismos mais ou menos secretos, as sociedades filomáticas, um tipo de associação de transmissão de saberes, aonde se formará a mentalidade dos jovens para o novo ideal liberal, constitucional e democrático da sociedade, na época da burguesia conquistadora. Numa segunda fase de sua vida, Herculano também assume a categoria de intelectual tradicional, sendo aquele que se vincula a um determinado grupo social (quando se autoexila

em Vale de Lobos, juntando-se aos camponeses), e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos membros.

Podemos perceber o comportamento típico do intelectual proposto pelos teóricos acima citados que Herculano como escritor e intelectual ou escritor-intelectual, desloca-se duplamente uma vez que seus textos literários não são simplesmente meras histórias, mas trazem uma clara intenção de conscientizar a massa popular e o poder sobre o absurdo da situação de Portugal. Herculano foi um intelectual comprometido com a ação sobre seu próprio tempo histórico.

## 2 ALEXANDRE HERCULANO: O HOMEM E SEU TEMPO

Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877) é considerado o maior criador do romance histórico português.

Exilado na França, em 1831, Herculano conheceu a literatura romântica, leu Victor Hugo, Lamartine e outros autores da literatura francesa. Em 1832, incorporado ao exército liberal, ajudou no cerco do Porto.

Em 1833, quando os ânimos políticos pareciam apaziguados, Herculano começou a exercer o cargo de segundo bibliotecário na Biblioteca Nacional do Porto, função que exerceu até 1836, ano em que se demitiu e iniciou a publicação de suas obras de ficção, frutos de intensa pesquisa histórica: *Lendas e narrativas*; *O bobo*; *O monge de Cister*; *Eurico, o presbítero*.

No fim da vida no refúgio de Vale de Lobos escreveu a obra *Portugaliae Monumenta Historica* (Monumentos históricos de Portugal).

As produções literárias de Herculano obedecem ao princípio romântico de busca da realidade ideal para o país, por meio da reconstituição das formas sociais mais significativas de sua história. Esse historicismo tem suas origens no romantismo histórico e social do escritor inglês Walter Scott e do escritor francês Victor Hugo.

A ficção histórica compreende *O bobo*, que trata da formação de Portugal em meio a uma intriga romântica; *Eurico, o presbítero*, que registra a situação histórica portuguesa sob o domínio mouro, discutindo criticamente a questão do celibato clerical; *O monge de Cister*, que marca o momento histórico da centralização política monárquica.

A documentação, para a reconstituição do passado, representa valioso material para sua História de Portugal e a *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Alexandre Herculano enveredou ainda pelo conto (*Lendas e Narrativas*), pela poesia (*Poesias*), pelo entusiasmo crítico (*Opúsculos*), tendo se dedicado também à documental (*Portugaliae Monumenta histórica*).

A historiografia de Herculano foi profundamente revolucionária para a época. Colocou-se contra a intervenção de fatores místicos ou lendários na História de seu país, acreditando na intervenção das classes sociais e comprovando seus pontos de vista por meio de valiosa documentação.

Em 1836, ocupava o cargo de bibliotecário, porém por manter ideias contrárias aos setembristas que derrubaram o governo, demite-se do cargo, vem para Lisboa onde começa

atacar a política setembrista em artigos publicados na imprensa, nomeadamente no panfleto *A voz do Profeta*.

Dedica-se então ao jornalismo, tomando a direção de uma das revistas mais influentes do romantismo: *O Panorama* onde publica ao longo dos anos seguintes vários artigos, cartas, capítulos de obras como as supracitadas e também os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e Forais*. Em 1839 é nomeado pelo rei-consorte, D. Fernando director das Bibliotecas Reais das Necessidades e da Ajuda.

Politicamente, Herculano chega a ser deputado na legislatura de 1840, abandonando o cargo por desinteresse da vida parlamentar. Em 1852 é admitido na Academia Real das Ciências como sócio efetivo.

Em 1853-1854, ele percorre as instituições culturais do país, inventariando os documentos anteriores a 1280. Recusa condecorações, uma pasta de ministro e a cadeira de História do Curso Superior de Letras. Dirige a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica* entre 1856-1873. Tem um papel de destaque na redação do primeiro Código Civil Português entre 1860-1865.

Alexandre Herculano poeta, romancista, historiador, jornalista, foi sem dúvida um homem político que pela sua integridade moral nas suas ideias sociais e políticas, um exemplo cívico adverso a Portugal decadente de sua época.

Valores como o da liberdade, o da igualdade e o da soberania da nação refletem-se no discurso da produção literária e na reflexão ideológica de Herculano. Encontramos em Herculano a intervenção no plano político, legislativo ou doutrinário em diversos textos dos *Opúsculos*. Inserido na primeira geração romântica, com fortes ligações à instauração do Liberalismo em Portugal, Herculano viveu de forma intensa as mudanças históricopolíticas que assinalaram a passagem do Antigo Regime para o sistema político Liberal. O regime absoluto durou longo tempo, pois, os reis tinham uma autoridade forte, já que não apareciam grupos políticos organizados a que tivessem que fazer frente.

Em sua carreira literária multifacetada, podemos observar várias passagens que merecem destaque. Como romancista, a sua obra *Lendas e Narrativas*, publicadas na revista *O Panorama*, de teor histórico retratando o período medieval, que segundo o autor, foi o período glorioso do país; como historiador podemos observar que através dele a História adquire a plenitude de ciência, versando sobre ascensão da burguesia, conflitos sociais, história das instituições, situação financeira e econômica.

Além de toda esta produção escrita, sua intelectualidade também pode ser observada na preocupação acerca da Educação em Portugal na sua defesa da Escola Politécnica, das suas ideias sobre a instrução pública.

É em 1840 que Herculano participa ativamente nos trabalhos da Câmara dos Deputados, nomeadamente na comissão de instrução pública. São deste tempo as intervenções que versam os seus trabalhos sobre a Educação Pública. Os artigos referentes à Instrução Pública, muitos dele reunidos em *Opúsculos*, tem como temática predominante o ensino popular e geral, que segundo Herculano, devia substituir o ensino privilegiado característico da monarquia absoluta. Na criação de uma cultura popular com orientação prática via Herculano a condição indispensável para poder organizar-se o verdadeiro regime liberal. Esses artigos clarificam suas ideias a respeito da instrução pública em Portugal

Os textos ligados à educação, publicados em 1841 e 1844, são documentos dos problemas referentes ao debate da reforma educativa necessária ao novo regime, após a Revolução Liberal. O projeto apresentado por Herculano não teve boa aceitação e nem foi consolidado pela geração da sua época.

A linha de pensamento de Alexandre Herculano sobre o sistema educativo para Portugal, revela uma preocupação humanista para com todos os cidadãos, já que Herculano entendia que a educação é um direito/ dever da sociedade e de toda comunidade.

Entretanto suas ideias acerca da educação só irão ser assimiladas nos princípios do século XX, pelos republicanos. Sendo assim suas propostas apresentadas chamaram atenção daquela geração de que era urgente a necessidade de uma reforma da instrução primária e popular efetiva.

## 2.1 A política e a intelectualidade

Desde muito jovem que sua vocação para as letras se manifesta, sempre engajado com a política de seu país. Embora tivesse sido curta sua permanência como exilado em outros países da Europa (ao todo seis meses entre agosto de 1831 e final de fevereiro de 1832), esse período foi intenso para o aprimoramento intelectual de Herculano. A partir das narrativas históricas de Walter Scott (1771-1832) - poeta e romancista escocês, com quem manteve contato durante o exílio -, Herculano desenvolveu forte habilidade para a narrativa histórica. Também o francês Victor Hugo (1802-1885) serviu de modelo para as obras do romancista



português. Victor Hugo se identifica com as ideias de progresso, fraternidade e democracia do povo, trazendo assim uma nova tendência para o romantismo político.

Em Rennes, cidade da Bretanha, na França, Herculano frequentou uma biblioteca pública adquirindo maiores conhecimentos da literatura francesa contemporânea, passou por Paris, onde frequentou a Biblioteca Nacional (esses locais foram dois importantes centros de documentação). Em 22 de fevereiro de 1833, foi dispensado do serviço militar para ajudar o bibliotecário do Paço Episcopal, escolha que se deveu à sua paixão literária já conhecida, embora os seus estudos fossem até então incompletos. Por decreto de 17 de julho de 1833, foi nomeado segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, e exercia ainda esse cargo, quando, em 10 de setembro de 1836, eclodiu o movimento em Lisboa contra a Carta Constitucional. A regência de D. Pedro não durou muito tempo. Após sua morte, em 1834, seu grupo político continuou governando Portugal. O país atravessava uma enorme crise econômica e a venda dos chamados “bens nacionais”, o que fora nacionalizado dos miguelistas e da igreja, não tinha saído como previsto e não ajudava a economia portuguesa, formando uma nova classe de grandes proprietários. No segundo semestre de 1836, a oposição ao governo, incluindo José Estevão, os irmãos Passos (Manoel e José) e Costa Cabral, cobravam veementemente mudanças no governo. Foram realizadas novas eleições, ou, mais uma vez como disse Oliveira Martins, “o Governo fez as eleições, que foram como todas; e como sempre, venceu” (SILVA, 1998, p.62). No Porto, ganhou a oposição e seus deputados chegaram aclamados em Lisboa, dando “morras à Carta e ao Governo, vivas à Constituição de 1820 (ou 22) e à revolução” (SILVA, 1998, p. 62). Esses deputados eram chefiados pelos irmãos Passos, que pertenciam à burguesia do norte do reino, com poucas terras, mas muitos bens móveis. Inicia-se a Revolução de Setembro.

Herculano enviou um ofício no dia 17 ao presidente da Câmara Municipal pedindo demissão, dizendo que partia para Lisboa, porque prestara a maior fé à Carta Constitucional. Exalta-se contra sua supressão e contra a revolta popular incentivada por grupos que apenas usam o povo como massa de manobra para seus próprios interesses. Publica um panfleto anti-revolucionário, *A voz do Profeta* - inspirado em *Paroles d'un croyant*, de Lamennais -, que lhe dá visibilidade nacional, além de dar identidade ao grupo cartista, a partir de uma oposição ao que é ser setembrista. Tal como um profeta que vê o futuro da nação após a Revolução de Setembro, Herculano demonstra o perigo de se exaltar o povo contra a Carta. Para Herculano, a revolução quebraria os laços sociais existentes, o que seria danoso para a nação, pelo perigo que é o povo:

O povo tinha a liberdade e quis a licença; tinha a justiça e quis a iniquidade: o povo perecerá.

[...]

Para as turbas o cheiro de sangue é perfume suave; o roubo gloriosa conquista.

[...]

Por que a plebe desenfreada é como o fantasma do crime, como o espectro da morte, como o grito do extermínio.

(HERCULANO, *Opúsculos* I, 1871, p. 33)

Herculano previa a volta da tirania, devido aos acontecimentos. Para ele, o povo tinha liberdade, mas queria licença: “Se a força, e não a moral, é a lei popular, quando os tiranos tiverem mais força, legitimamente podem por no colo do povo um jugo de ferro” (OPÚSCULOS, 1871 p. 45). Para o crescimento da sociedade, é necessária a concórdia baseada na moral. O incentivo ao fanatismo das turbas derrubará quem o fizer, pois não haverá controle no que estiver desenfreado. Ele lembra que o povo sem cultura tende a crer fanaticamente na religião e diz que “a religião que tem por fundamento a humanidade e a abnegação de si é a religião dos servos” (OPÚSCULOS, 1871, p. 53). Por isso, os portugueses foram servos do absolutismo por tanto tempo, segundo ele. A revolução popular acabaria com a verdadeira religião, que é a liberdade, aniquilaria quem incentivou a revolta, arruinaria a nobreza, os vínculos sociais da família e da cidade, destruiria a aldeia, o último abrigo da felicidade neste mal-aventurado país (OPÚSCULOS, 1871, p. 64). Com a volta da tirania, também seria o fim do parlamento e do regime representativo pelo qual tantos lutaram e morreram. Finalmente, recomenda à rainha que não se junte aos revoltosos e pede a união de todos pelo bem da pátria, sem divisões em grupos com interesses próprios. Somente assim, Portugal voltaria a ter a glória que tinha no passado e manter-se entre as grandes nações da Europa, sem ser mais uma vez anexado à Espanha ou ter que se vender aos estrangeiros.

Este temor que o assolou em 1836 não tinha tanto peso em 1867, quando reeditou e comentou *A Voz do Profeta*. Assumiu que o que escrevera trinta anos antes fora fruto de cólera política, porque naquela época a política derivava de crenças e assumir-se como absolutista ou liberal era como ser devoto de uma religião e realmente crer que o pensamento que se segue é o ideal para a nação e não mesquinaria de poucos indivíduos.

Apesar do descrédito que possuía em 1867, é interessante observar suas impressões sobre os dois grupos liberais que se digladiavam, os setembristas e os cartistas:

A meu ver, a distinção profunda e precisa entre o cartismo e o setembrismo consistia em negar o primeiro o princípio da revolução, dentro das instituições representativas livre e solenemente adotados ou aceite pelo País, e sua índole. Mas representava até certo ponto em afirmá-lo o segundo. Tudo o mais em ambos os campos era flutuante e vago. (HERCULANO, *Opúsculos* I, 1871, p 18).

Por sua visão apaixonada pela liberdade conquistada com a Carta e seu sistema representativo, ele não podia admitir servir ao governo setembrista. Sendo assim, escreve a Passos Manuel em outubro de 1836, pedindo de forma irônica, a quem no “alto cargo em que o colocou o voto unânime da Nação e a livre escolha de S. M. a Rainha a honra da demissão (HERCULANO, Cartas I, s.d., p. 183).

Mesmo sendo atacado por Herculano e pela imprensa, o governo setembrista colocou em ação um novo modo de venda dos bens nacionais, intensificou o combate contra os salteadores e pôs em curso um novo plano cultural e educacional, com a reforma e criação de unidades de ensino, distribuição das obras das livrarias dos conventos extintos por essas instituições, recuperando obras de artes e distribuindo-as por museus e igrejas, além do tombamento de imóveis com interesse monumental, artístico ou histórico, destinando-os a museus, instituições culturais ou de utilidade pública. (SILVA, 1998, p.87).

Nessa ocasião, começa a haver uma política pública para o teatro. Almeida Garrett fica responsável pelo teatro nacional, tanto na formação de atores quanto na criação de um repertório nacional, além da construção de um novo teatro. Cria o Conservatório, que deveria incentivar, subsidiar e julgar peças de teatro portuguesas. Tudo coordenado pela Inspeção Geral dos Teatros e Espetáculos Nacionais, dirigida pelo próprio Garrett. A Revolução de Setembro alegava que, para o povo ser livre, era preciso educá-lo, daí a importância dessa guinada cultural e educacional. Seguindo o pensamento da época, com livros, imprensa periódica e com teatro, seria possível educar a população para a liberdade.

Mesmo assim, o governo setembrista não estava seguro. Até mesmo a rainha tentou um golpe para derrubar Passos Manuel. Necessitava-se de uma conciliação. Com todas essas tentativas de revoltas, as Cortes redigiam uma nova constituição, que deveria unir cartistas e setembristas, por ser um compromisso entre a Carta de 1826 e a Constituição de 1822. O resultado foi a Constituição de 1838, jurada por todos, mas que, na prática, não agradava nem aos setembristas radicais, nem aos cartistas ortodoxos, tornando-se mais um motivo de discórdia. (SILVA, 1998). Um grupo, de “centro”, conciliador, passa a defender essa constituição. Os “ordeiros”, moderados, defendiam a união das facções para repor a ordem ao país. Defendia os ordeiros o próprio Almeida Garrett. Herculano apoiava o governo e a nova constituição:

Vencido na guerra civil, desautorizado e moralmente enfraquecido, o cartismo viu triunfar em grande parte as suas idéias na contextura da Constituição de 1838, votada por uns Constituintes onde os vencidos estavam representados por

insignificante minoria. Era a condenação solene da revolução, lavrada por um parlamento eleito debaixo da influência dela. [...] A Constituição de 1838 era um campo neutro onde todos se podiam encontrar pacificamente e procurar, sem sair da legalidade, o predomínio das respectivas opiniões. (HERCULANO, *Opúsculos* I, 1871, p. 27-28).

O problema de Portugal não se restringia apenas a constituição, ou pelo menos não se resolveria com a mudança na representatividade nas Cortes. O que importava era a economia, que se encontrava ainda em situação delicada. Sendo assim, os descontentamentos continuavam.

Agravou-se a situação devido ao fato de a Inglaterra cobrar uma dívida de soldos atrasados. Assim, o setembrismo acabou pela ruína do país e pela pressão econômica inglesa. Toda essa pressão permaneceu por muitas décadas em Portugal. Herculano retratou em seu romance histórico *O Monge de Cister* (1841-1848) toda a ação comercial inglesa e a forma como eles manipulavam o governo para obter vantagens sobre os produtores portugueses.

O romance histórico *Monge de Cister* de Alexandre Herculano, transcorre no século XIV, no ano de 1383, nesta obra Herculano historiador e prosador notável, soube como ninguém desdobrar com extrema habilidade as intrigas do reinado de D. João I. A excelente construção romanesca gira em torno do Frei Vasco, da ordem dos Frades Bernardos, um cavaleiro que se faz monge, mas em que o hábito não apagou os sentimentos de ódio e vingança. Neste romance o autor reconstitui a história de Portugal, as intrigas políticas da corte, desde as lutas da reconquista do território até o final da Idade Média. Neste período o poder real ou estatal começa a se fortalecer, com o apoio das forças produtivas do país, constituídas pelo povo e pela burguesia.

O protagonista do romance é Vasco da Silva, um cisterciense, robusto, cavaleiro de Cristo, jovem mancebo de vinte e poucos anos, cabelo negro e crespo. Que após o falecimento de seu pai o Senhor Vasqueanes, descobre que sua irmã Beatriz havia fugido com D. Vivaldo (Fernando Afonso) um sedutor infame, desde então o Senhor Vasqueanes é acometido por uma tristeza que o leva a morte, mas antes de sua morte, seu pai nutre um sentimento de vingança que é herdado por seu filho Vasco. Este sentimento de vingança se torna ainda maior quando Vasco descobre que sua amada e prometida Leonor, por desejo de seu pai Mem Viegas, casa-se com Lopo Mendes, considerado por seu pai Viegas, o genro mais rico e mais nobre que Vasco.

No desenrolar do romance, o autor faz um elo entre a ficção e o contexto histórico, narra a trama de forma despretensiosa, como se estivesse vendo os acontecimentos em todas as suas épocas e acompanhando todos os personagens, episódios políticos e sociais são

inseridos, o autor cita os abusos da nobreza e do clero e a vontade do povo em amortecê-los ou anularem esses abusos, cita também o sistema de contribuições, que se estabeleceu definitivamente no reinado de D. João I, onde as rendas e tributos eram convertidos em patrimônio para a corte real. O autor narra a história das conquistas de Portugal com riqueza de detalhes, descreve o estilo de vida tipicamente medieval, desde uma estrutura feudal até a conquista de uma nação moderna.

O autor sutilmente discute sobre o problema do perdão, que mesmo que inconscientemente reflete o íntimo de todos. Ao encontrar Lopo Mendes, o qual casara com sua amada, o cavaleiro totalmente tomado por sentimento de ódio e vingança não teve misericórdia de seu rival, matando-o friamente com duas punhaladas no peito. Embora Vasco tenha realizado seu desejo de vingança, agora esse sentimento se misturava ao sentimento de remorso, que tomara a alma do cavaleiro. Vasco sentiu-se ainda mais traído e miserável ao ver sua amada chorar a morte de seu marido. Neste momento o jovem tem a alma crivada de remorso e angústia e assim entrega sua vida ao sacerdócio, buscando consolação e perdão.

Neste momento é possível constatar que o autor mostra que a busca pelo perdão pode ser feita de forma superficial, uma espécie de fuga daquela situação incômoda, mas que no seu mais íntimo esse sentimento esta longe de se concretizar. Neste momento o autor leva o leitor a uma reflexão sobre conceitos morais e religiosos, extremamente sutis e delicados.

A dolorosa narrativa das desventuras de Vasco agora segue na companhia de Frei Lourenço o "Mestre da Teologia", o qual entrega seu punhal e recebe conforto e apoio espiritual. Nas suas peregrinações ambos sem saber encontram a irmã de Vasco, que encontrava-se moribunda e abandonada, ao confessar-se com Frei Lourenço ele descobre que aquela mulher na verdade era a irmã de Vasco e que o infame que havia seduzido e abandonado-a era Fernando Afonso. Após saber que aquela pobre mulher era sua irmã, Vasco é tomado por um imenso ódio e decide matá-la, mas é contido pelo Frei Lourenço.

Em um cuidadoso e inteligente trabalho, Herculano insere na história D. João Dornelas, abade de Alcobaça, que mais tarde terá um papel fundamental nas decisões de Vasco. O cavaleiro conta toda a sua angústia a D. João Dornelas, que decide vingá-lo principalmente por Fernando Afonso ser seu inimigo mortal de longa data. Mesmo vestindo o hábito cisterciense, o moço cavaleiro nas trevas de sua alma ainda penetra um raio de vingança.

No decorrer do romance os sentimentos de piedade e vingança vão de encontro em cada capítulo da obra, o autor procura expor questões morais, conceitos religiosos e os impulsos mais ardentes da natureza humana. No leito de sua morte, a irmã de Vasco suplica

misericórdia de Fernando Afonso, mas Vasco deseja do fundo de seu ser que o infame suplique perdão por toda a maldade causada a Beatriz. Mesmo com seu coração tomado pelo ódio, Frei Vasco faz juramento a sua irmã. Ao saber da decisão de Vasco D. João Dornelas decide revelar que Fernando Afonso também teria sido amante de sua amada Leonor.

Diante da atual situação é possível constatar que o autor pretende confrontar um duplo desiderato, ou seja, o desejo de vingança fraternal e vingança amorosa. Que mesmo diante das súplicas de perdão de seu inimigo na presença do cadáver de sua irmã, não obstante sua ideia fixa de vigar-se daquele que lhe feriu a alma e a honra de seu pai e de sua irmã, incentivado pelo ódio de D. João Dornelas, Vasco revela ao Rei D. João I o passado tenebroso e maléfico de Fernando Afonso, o qual é condenado ao suplício do fogo por D. João I, sendo antes mortificado por Fr. Vasco.

Neste romance, hipocrisias, ambições, jogos de intrigas políticas e traições mostra a decadência da nobreza e do clero. Frei Vasco que nunca tivera libertado sua alma das angústias desaparece e mais tarde morre. Não se sabe se aquele miserável realmente em algum momento tenha vingado seu pai e sua irmã, na verdade o autor busca no interior mais profundo da consciência as respostas para as atitudes da natureza humana, que todos nutrimos sentimentos os mais perversos que nos seguem ao longo de nossas vidas. De forma reflexiva e consciente o romancista finaliza sua obra, fazendo o leitor refletir com a sentença do Evangelho: "Se não perdoardes, também Deus vos não perdoará".

Esse período é muito produtivo para Alexandre Herculano. Após sua demissão no cargo da Biblioteca Pública do Porto, recebe o convite para ser redator do semanário *O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, cargo que exerce de 1837 a julho de 1839, retornando em 1843 até seu primeiro encerramento em dezembro de 1844. O objetivo da Sociedade era disseminar uma instrução variada, que se tornasse acessível às diversas classes no modelo dos países europeus, como é salientado na introdução do primeiro volume do jornal:

Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que podesse aproveitar a todos as classes de cidadãos, accomodando-o ao estado de atrazo, em que ainda nos achamos. Esta nobre empreza será por certo louvada e protegida por todos aquelles, que amam deveras a civilização de sua pátria. (*O Panorama*, 1837:2)

Na revista *O Panorama*, ele vai publicar muitos de seus textos políticos, literários e historiográficos, criando algumas polêmicas. A revista contribuiria também com diversos

artigos, narrativas e traduções escritos por Herculano e nem sempre assinados.

Em 1838 acumula a responsabilidade da redação do *Diário do Governo*, entre janeiro e maio. Seus artigos são uma defesa dos atos governamentais, demonstrando que compactuava com os ordeiros, muito embora insistisse em dizer que o redator do Diário tinha independência política em relação ao governo. Nesse período, também em 1838, ele reúne sua poesia para publicá-las sob o nome de *A Harpa do Crente*. Neste mesmo ano, apóia Antônio Feliciano de Castilho na tentativa de criar um teatro nacional, esforçando-se para que a subvenção do Estado caísse sobre a companhia teatral portuguesa instalada no Teatro do Salitre, para o qual escreve o drama *O Fronteiroço d'África* ou *três noites aziagas*, que terá quinze apresentações, mas não é publicado em Portugal. Adapta do francês a peça *O Tinteiro Não é Caçarola*, a partir de *Le Secrétaire et le Cuisiner*, de Scribe e Mélesville.

Alexandre Herculano deixou textos de intervenção sobre diversas questões polêmicas da época, a saber, o século XIX lusitano, que se somam à sua intensa atividade jornalística. Como bem observa Saraiva:

Dessa guerra saiu a sociedade portuguesa moral e culturalmente desarticulada. Não só tinha mudado radicalmente a base econômica da vida nacional como era urgente refazer desde os alicerces a sua vida espiritual. Num campo como no outro as ruínas dispersavam-se ao réis do solo e só podiam servir para dificultar o trabalho de reconstrução. (SARAIVA, 1997, p. 45)

Em 1837, escreve a 2ª série de *A voz do Profeta*. Trinta anos depois, revendo sua escrita de *A voz do Profeta*, Herculano afirmou:

Os homens que em 1837 se agrediam violentamente na imprensa e no campo tinham, de feito, hábitos e sentir diversos dos actuaes . As febres políticas eram então ardentes, indomáveis, porque derivavam de crenças. Naquella epocha havia, como houve sempre, belforinheiros da política; mas constituíam a excepção. O geral era gente baptisada com fogo e com sangue nas duas religiões inimigos do absolutismo e do liberalismo. (HERCULANO, 1873, p. 5)

Sempre muito envolvido entre os livros, continuou a vida de escritor, a quem o futuro reservou o justificado título de poeta filosófico, romancista eminente e historiador profundo e consciencioso.

No jornal *O Panorama*, por volta de 1840, publicou também obras de ficção e ganhou fama como historiador, com a sua *História de Portugal*, cujo primeiro volume é publicado em 1846. Também publicou *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1855 e 1859), e organizou *Portugaliae Monumenta Histórica* (1856 até 1873), coleção de

documentos valiosos recolhidos em cartórios conventuais no país. A História da Inquisição e a maneira como descreveu a batalha de Ourique no 1º volume da *História de Portugal*, negando a aparição de Cristo ao fundador da monarquia, levantaram contra ele as iras de todo o clero, que não se cansava de denegri-lo de toda a forma, tanto em folhetos como em jornais religiosos, e até nos próprios púlpitos, chegando a acusá-lo de deprimidor das glórias portuguesas (LOPES, 1989, p. 724) Herculano responde com toda energia em quatro folhetos publicados em 1850: *Eu e o clero*, *Carta ao patriarca de Lisboa*; *Considerações pacíficas ao redator da Nação*; duas cartas a Magessi Tavares, intituladas: *Solemnia Verba*; e, em 1851, publicou outro folheto: a *Sciencia Arabico-Academica*, carta a Silva Túlio, em resposta ao folheto de um acadêmico. Em 1852, conjuntamente com o marquês de Niza, fundou o jornal político *O Paiz*, em que fez veemente oposição ao governo. Dois anos mais tarde, organizou outro jornal, intitulado *O Portuguez*.

Em 6 de junho de 1853, Alexandre Herculano saiu de Lisboa em direção à Beira, onde até setembro visitou todos os arquivos e bibliotecas; e, no ano seguinte, nos mesmos meses, foi até a província do Minho, colhendo daquelas duas viagens uma enorme porção de documentos de todos os arquivos eclesiásticos e seculares, que deviam ser levados à Lisboa para serem examinados. Foram excessivas as dificuldades com que teve de lutar, porque muitas corporações religiosas fizeram a maior resistência em franquear os arquivos, e muitos destes também se encontravam em completo estado de abandono.

É evidente a preferência do autor pela Idade Média, período que Herculano considerava como o das raízes da nação, tendo seus representantes, e referenciando-se a eles, contra a organização totalitária e individualidade nacional. Assim, a nação chegou à consciência e realização da sua autonomia. Em suas obras, o autor procura mostrar a coexistência pacífica entre o passado, do qual todos devem se orgulhar, e o presente, que deve promover o progresso sem apagar a tradição. Ou como comenta Albin Beau:

Assim interpenetram-se em Herculano a saudade e a esperança, a antipatia contra o presente dominado pela sobriedade racionalista, pálido e deprimente, ameaçado pela reação e esfacelado por faccionismos, o interesse pelas eras “poéticas” do passado e o desejo firme de corrigir e alumiar o presente pelas lições e as experiências da história, fuga perante a miséria coeva para a contemplação consoladora do passado, e a compreensão das necessidades e dos postulados do presente através das suas condições históricas e das lições e da história. (BEAU, 1964, p. 146)

O trabalho literário de Herculano foi, juntamente com as *Viagens na Minha Terra*, de Garrett, o ponto inicial para o desenvolvimento da prosa de ficção moderna em Portugal. É



fundamental não esquecer o que a história representa para Herculano. Segundo Helena Buescu:

Ela é – a História –, em primeiro lugar possibilidade de reconstrução, geradora da capacidade de reflexão, ou seja: é olhando para trás que podemos aprender a olhar para frente. A história do passado, o seu conhecimento e compreensão, são condição *sine qua non* do pensamento do presente, e portanto da preparação do futuro. O passado é assim, ativo e agente, ainda que, ao mesmo tempo, lugar de nostalgia indestemível. E se Herculano ativamente persegue e condena barões e burocracias (isto é, uma organização asfixiante do Estado enquanto tal), é porque também lhes pode opor exemplos (heróis e tempos) em que tudo era diferente – demonstrando assim que o tristonho presente não é, de modo algum, destino fatal e inevitável. (BUESCU, 1987, p. 29).

Herculano deixou ainda várias poesias, outros romances não-históricos e peças de teatro. Politicamente, Herculano chega a ser deputado na legislatura de 1840, onde alinhava pelo partido cartista ou conservador, embora na sua ala esquerda, abandonando o cargo por desinteresse da vida parlamentar. Em 1852, é admitido na Academia Real das Ciências como sócio efetivo. Recusa condecorações, uma pasta de ministro e a cadeira de História do Curso Superior de Letras. Dirige a publicação dos *Portugaliae Monumenta Histórica* entre 1856-1873 e tem um papel relevante na redação do primeiro Código Civil Português entre 1860-1865.

Alexandre Herculano, um dos introdutores e mentores do Romantismo português, foi indubitavelmente um homem político que, pela sua integridade moral e teimosia nas suas ideias sociais e políticas, foi exemplo cívico adverso a Portugal decadente da sua época. Como historiador, pode-se afirmar que só com Herculano a História ganha plenitude de ciência. A temática predominante de sua obra versa sobre a ascensão da burguesia, os conflitos sociais, a história das instituições, além da situação financeira e econômica de seu país (SARAIVA, 1977, p. 58-63).

Além das várias produções escritas, vale salientar que a sua temática acerca da Educação o tornou célebre pelos seus pareceres para o Conservatório, pela sua defesa da Escola Politécnica, e por suas ideias sobre a instrução pública. É em 1840 que Herculano participa ativamente nos trabalhos da Câmara dos Deputados, nomeadamente na comissão de instrução pública. São deste tempo as intervenções que versam os seus trabalhos sobre a Educação Pública, compelidas em suas obras de intervenção.

A atividade de Alexandre Herculano no plano das ideias, sem dúvida, está aliada a uma ideologia liberal, de teor romântico. Os artigos de polémica circunstancial, muitos deles reunidos nos *Opúsculos*, que tratam dos problemas que mais interessavam nesta época, os

referentes à Instrução Pública, têm como temática predominante o ensino popular e geral que, a seu ver, devia substituir o ensino privilegiado característico da monarquia absoluta e a que desejava dar um cunho claramente agrícola e técnico, ou seja, educação como direito de todos. Na criação de uma cultura popular com orientação prática via Herculano a condição indispensável para poder organizar-se o verdadeiro regime liberal. Tais artigos deixam o seu pensamento acerca da instrução pública em Portugal mais objetivos.

Sendo assim, o tema da Educação em Portugal está ligado a outras questões importantíssimas, tais como a função social da educação que deverá proporcionar uma formação cívica, a necessidade iminente de uma instrução primária popular e eficaz. Defendia a preocupação quanto à matéria que deverá ser lecionada no ensino em geral, e, em particular, no ensino primário, dotando as escolas de manuais populares de instrução, bem como, lutava pelo alargamento das universidades. Deste modo, o ensino superior deveria estar de acordo com a nova sociedade que espelhasse interesses técnico-científico e culturais.

Era tão importante a preocupação de Alexandre Herculano com a Educação em Portugal que, em 1838, estando à frente de uma das revistas mais influentes do romantismo, *O Panorama*, Herculano, em mais uma das suas intervenções políticas a respeito da reforma do ensino, faz uma crítica contundente e radical ao então Ministro Passos Manuel, quando diz:

Ainda não houve em Portugal uma só providência governativa a bem da verdadeira instrução. A verdade desta proposição se encontra em todas as reformas de instrução pública, feita no nosso país desde o tempo do Marquês de Pombal. Não remontamos mais longe, porque escusado fora esperá-lo antes da época desse homem, tão grande quanto tirânico e imoral. Ainda hoje, se exceptuarmos as escolas do ensino primário, instituídas, não pelo governo, mas por uma sociedade, que se tem feito a bem da instrução popular?- Nada; absolutamente nada. Dali provêm que a mudança de instituições políticas, e as reformas legislativas são vãs e inúteis; e as empresas comerciais, fabris, e de todo o gênero de progresso industrial desbarataram-se e morrem: dali provêm que o povo nada tem melhorado com o gozo da liberdade; porque esta, para produzir fruto, carece de bons costumes, e os bons costumes só nascem da instrução geralmente derramada. (SARAIVA; POLES: s.d., p. 729-730).

Podemos observar que tais palavras são marcadas pela sua posição político-partidária, sendo um conservador, embora estivesse na ala esquerda do partido, era para todos os efeitos, um cartista; por outro lado, era um defensor da reforma da instrução. Estas palavras contundentes eram contra o Setembrismo e visavam a reforma de Passos Manuel, sem todavia fazer qualquer referência explícita ao então Ministro.

Alberto Ferreira (1971), a propósito, cita que este período da vida de Herculano é determinado pela sua posição exaltada contra os setembristas. Herculano, sendo politicamente um conservador alinhado na ala esquerda do partido cartista, foi nessa qualidade, eleito

deputado, na legislatura de 1840, para integrar uma Comissão de Instituição Pública, que tinha como objetivo elaborar um projeto de estudos de organização do ensino primário. Era sua oportunidade de materializar o sonho disperso pelos mais diversos escritos que produzira desde 1835, sobretudo nos monumentos pátrios. Profundamente insatisfeito com a situação do ensino em Portugal, acreditava fortemente que todo homem deve ser favorecido pela instrução:

Os homens devem beneficiar de duas qualidades de instrução: uma eminentemente social que integre o homem na sua sociedade como cidadão esclarecido, capaz de eleger conscientemente aqueles que hão-de orientar os destinos da Nação; outra que atenda ao indivíduo, aproveitando-lhe as faculdades pessoais e que, embora de suma importância para a pessoa, deve ser posta num plano secundário, em relação às exigências sociais. Primeiro o cidadão, depois o indivíduo. (CARVALHO, 2001, p.574-575)

Para Herculano,

é o “indivíduo e a sociedade, o benefício do cidadão e a utilidade da república e, portanto, deve facilitar ao homem o adquirir a subsistência e uma porção maior ou menor dos cômodos da vida e ao mesmo tempo torná-lo mais digno da grande família chamada nação” (HERCULANO, 1832, p. 42).

Segundo Ferreira, Herculano defende “a necessidade de compensar com o ensino de utilidade individual e imediata o ensino cujo alvo principal é o habilitar os homens para o desempenho dos deveres públicos”. (FERREIRA, 1971. Vol.III, p. 73). Herculano formulou o projeto de reforma do ensino às suas ideias soltas, propondo um plano de ensino popular, “esse sim, em seu entender, capaz de nos encaminhar para a resolução de problemas de tão grande projeção nacional” (CARVALHO, 2002, p. 574).

No ensaio *A Instrução Pública*, ele expõe como as instituições têm de ser suportadas pela instrução e concebe

a ideia de instrução primária em dois vectores: o da instrução comum ou popular, e o da instrução preparatória, de acesso à instrução superior, pelo que o seu esquema conduz à tripartição sequencial: escola liceu faculdade, ou politécnico”. (HERCULANO, 1838, p.42)

Herculano imagina, assim, o ensino geral em dois níveis.

a) O ensino geral elementar deveria abranger:

- 1ª- A leitura de impressos e manuscritos;
- 2ª- A escrita;

- 3ª- Princípios de aritmética até à regra de três inclusive;
- 4ª- O catecismo religioso.

b) O ensino geral superior deveria abranger:

- 1º- A gramática portuguesa e exercícios de ler e escrever corretamente, servindo de texto para a leitura e temas o Novo Testamento;
- 2º- Os elementos de história pátria e de geografia;
- 3º- A aritmética completa, os elementos de geometria e as aplicações usuais, especialmente o desenho linear e as noções mais necessária de agrimensura.
- 4º Os rudimentos de física e particularmente os de mecânica, os princípios de química aplicada às artes, os elementos de botânica aplicados à agricultura e idéias gerais, sobre higiene popular (*Textos Pedagógicos Séc. XIX*, Vol.III. p. 66-67).

Dos dois graus do ensino geral imaginados por Herculano, tinha primazia o primeiro, “o que respeita ao homem como cidadão, pois no seu pensamento político tem prioridade a inserção consciente de cada um no seu meio social”. (CARVALHO, 2001, p. 575); o segundo grau - o do ensino geral superior - deveria proporcionar “aos indivíduos uma formação para ascensão cultural, no decorrer da qual, admitia Herculano, seriam reveladas as vocações, os dons naturais dos instruendos, o que possibilitaria encaminhá-lo para um ensino superior com a garantia de que viriam a tornar-se profissionais competentes, dedicados e produtivos” (CARVALHO, 2001, p. 571). Ou seja, o ensino, no entender de Herculano, devia relacionar-se estreitamente com o momento econômico do país (como se pode verificar, a proposta de sua reforma é muito diferente da apresentada por Costa Cabral em 1844<sup>2</sup>, apesar da aparente semelhança na nomenclatura).

Em relação ao ensino superior, Herculano mostra-se muito seletivo, priorizando, por um lado, a preservação dos destinos sociais de cada indivíduo: “siga a charrua o que nasceu junto dela; as artes e a indústria, o filho do artista e do fabricante; cuide o proprietário dos bens que seus pais lhe herdaram” (*Textos Pedagógicos, séc. XIX*, 1971, p. 30-31). Por outro lado, ele entende que o critério para o acesso à universidade não pode ser o dinheiro, defendendo que nenhum destes seja doutor, só porque teve meios de cursar a universidade ou as outras escolas superiores (*Textos Pedagógicos, sec. XIX*, 1971. p. 67). Defende também, que se criem “restrições e embaraços nos estudos preparatórios para as faculdades científicas (*Textos Pedagógicos, sec. XIX*, 1971, p. 31), de tal forma que o acesso seja decidido por um conjunto de provas irrefutáveis [...] em tribunal que nós quereríamos severo e inexorável

---

<sup>2</sup> Costa Cabral em 1844, publica Decreto no Governo nº 220( 28 de setembro de 1844) declarando escolaridade obrigatória da instrução primária para crianças dos 7 aos 15 anos.

(*Textos Pedagógicos*, sec. XIX, 1971, p. 31).

O sonho de Herculano tornou-se um pesadelo: ao ver-se “acintosamente excluído da Comissão de Instrução Pública, para a qual fora eleito na legislatura de 1840, o historiador decidiu publicar as suas reflexões pedagógicas no jornal *O Constitucional*, portanto nos finais de 1841” (SERRÃO, 1986, p. 366 ).

Alberto Ferreira confronta as prioridades dos governantes com as de Herculano nestes termos:

Quem se detenha no exame da situação política durante o período em que se efectuaram as eleições que levaram Herculano a representar a cidade do Porto (22 de Março de 1840) e as laboriosas discussões parlamentares de Maio de 1841 acerca do projecto de fixação das forças armadas, as desinteligências Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral, a formação do Ministério de Joaquim António Aguiar e as suas manobras para liquidar o que restava do regime setembrista e da sua Constituição de 1838, conclui facilmente que andaria muito longe das preocupações reais dos governantes o projeto de reforma de instrução pública, no qual Herculano colaborava com tanto empenho. (*Textos Pedagógicos*, Séc., XIX, Vol. III. p. 370-371)

Por ter desaprovado o golpe de estado de Costa Cabral, e reconhecer que não tinha “vocação para a vida parlamentar” (SERRÃO, 1986. p. 366), Herculano desligou-se da vida política ativa. Desiludido, saiu e desabafou: “a política dos poetas é como a poesia dos políticos” (HERCULANO, *A harpa do crente*, 1983). Será durante o período que se segue ao abandono da sua atividade política, que Herculano realizará a maior parte da sua obra literária.

Desiludido com os rumos pouco liberais do governo emergido da Regeneração, Herculano passou a participar ativamente da oposição, através dos seus artigos nos jornais *O País* e *O Português*. Em 1853, candidatou-se, pela oposição, às eleições municipais, tendo sido eleito presidente da Câmara Municipal de Belém. Aos poucos, o autor converteu-se no porta-voz mais destacado da média burguesia rural. Naquele mesmo ano, publicou o primeiro volume da *História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Fundou, em 1856, o Partido Progressista Histórico, tendo participado de sua direção. Em 1857, combateu a Concordata com a Santa Sé. Em 1860, foi membro da Comissão Revisora do Código Civil, tendo sido atacado diretamente pelo clero. Herculano defendeu-se numa série de artigos que publicaria mais tarde sob o título de *Estudos sobre o casamento civil*. A atividade intelectual de Alexandre Herculano foi bastante intensa ao longo da década de 1850. Em 1859, foi publicado o último volume da *História da Inquisição*. Presença tão destacada no universo cultural e político da época, conferiu a Alexandre Herculano a auréola de liderança cívica que

todos reconheciam, até críticos como Teófilo Braga que escreveu na sua *História do Romantismo* o seguinte : Nunca ninguém exerceu um poder tão grande, na forma a mais espontaneamente reconhecida; as opiniões entregavam-se à sua afirmação, como um povo se entrega a um salvador (BRAGA, 1880, p. 220). Herculano tinha o privilégio da amizade de D. Pedro V, mas não quis aceitar os benefícios concedidos por conta dessa amizade que lhe foram oferecidos, como a nomeação de par do Reino, a condecoração com a Ordem Torre e Espada e a regência de uma cadeira no Curso Superior de Letras.

Em 1867, Herculano casou-se com Hermínia Meira, que conhecia desde a sua infância. Instalou-se, a partir desse tempo, na sua Quinta de Vale de Lobos, que tinha adquirido em 1859 com os recursos gerados pelas suas publicações. Afirmando que dava por encerrada a sua carreira literária dedicou-se, nos anos seguintes, a vida agrária. Desse período, datam alguns escritos seus muito significativos, como a correspondência com Oliveira Martins e as suas críticas às decisões do Concílio do Vaticano I, reunidos em 1869-1870. Em 1873, Herculano começou a publicar os seus escritos avulsos, que tinham anteriormente aparecidos na imprensa, sob o título de *Opúsculos*. Esta obra em dez volumes terminou de ser editada postumamente, em 1908. Defensor severo da propriedade rural, Herculano, no entanto, mostrou-se sensível à sorte dos camponeses da sua região, que lhe renderam sentida homenagem quando da sua morte, ocorrida em 13 de setembro de 1877.

Pela participação intensa na vida política e intelectual de seu país, Herculano emprestou a sua pena e a sua voz a diversas causas ligadas às questões de sua época, como político, como jornalista e como historiador. Neste sentido, sua inserção na literatura também guarda uma estreita ligação com o percurso intelectual do autor e a escolha genérica da maioria de sua produção ficcional, o romance histórico, reflete essa singular preocupação. Na verdade, Herculano é o primeiro a publicar romance histórico, nas páginas do *Panorama*, começando com o pouco conhecido e não assinado “*O Emprazado* (1312), no dia 24 de outubro de 1837, seguido por outras narrativas: “*O Castelo de Faria*”, em 24 de março de 1838; “*A Destruição de Áuria* (Século VIII)”, publicado de 14 de julho a 4 de agosto de 1838; “*O Mestre Assassinado- Crônica dos Templários* (1320)”, entre 11 de agosto e 22 de setembro de 1838; “*Mestre Gil – Crônica do Século XV*”, de 10 de novembro a 22 de dezembro de 1838; “*Três Meses em Calecut- Primeira Crônica dos Estados da Índia* (1498)”, entre 5 e 26 de janeiro de 1839; “*A Abóboda* (1401)”, entre 16 de março e 13 de abril de 1839; “*A Morte do Lidador* (1170)”, em 8 e 15 de junho de 1839; “*O Cronista- Viver e Creer de Outro Tempo* (1535)” , em 21 e 28 de setembro de 1839, de onde extraiu “*O Bispo Negro*”; “*Arras por Foro de Espanha* (1371-2)”, começa em 6 de novembro de 1841 e é

concluída em 12 de fevereiro de 1842. Como ele dizia na advertência à primeira edição das *Lendas e Narrativas* em 1851, essas “primeiras tentativas do romance histórico que se fizeram na língua portuguesa” (p. 1) “foram a sementinha donde proveio a floresta” (HERCULANO, 1970, vol. 1, p. 4).

## 2.2 A moral e o ponto de vista religioso

Herculano imagina sua obra literária como uma grande campanha para a reconstrução moral da sociedade portuguesa, abatida pelas lutas entre os proprietários rurais unidos na agiotagem (o partido cartista ao qual estava filiado ele e que contava com a influência do Paço, das prerrogativas régias e da limitação censitária do voto) e a pequena burguesia industrial (o partido setembrista, que contava com o apoio das maiorias eleitorais urbanas). Essa luta situa-se no período de 1835 a 1844. (SARAIVA, 1997, p. 170). No contexto da luta entre os partidos políticos que se digladiavam, Herculano pressente um mal profundo, comum aos políticos que nelas militavam: a hipocrisia, que é caracterizada por ele nestes termos:

Na maioria das sociedades atuais falta geralmente aos homens públicos o valor não só para ousar o bem, mas , até, para praticar francamente o mal. Deste fato psicológico, que assinala as épocas de profunda decadência moral, deriva principalmente a hipocrisia: a hipocrisia, que é a anemia da alma. A altivez insolente do poder que se coloca acima do decente e do legítimo e que ri das invectivas da opinião indignada, como de um clamor sem sentido. (HERCULANO, 1914, p. 13-14)

Junto a essa crítica contra o comportamento hipócrita dos poderosos, Herculano também acrescenta uma outra crítica contra o materialismo que reina na sociedade, que produz a separação dessa sociedade e a morte do espírito. Nas suas *Composições várias*, Herculano escreve:

A incredulidade ameaçada de desterro nas regiões onde, por mais de cinquenta anos imperava como rainha, faz-se fabril e bucólica; senhoril e disputadora ainda há pouco, torna-se rude, bestial e grosseira, “porque” o materialismo pouco a pouco expulso do meio daqueles que primeiro recebem as inspirações de uma civilização progressiva vai aninhar-se nas tabernas, nos prostíbulos e, o que é de sentir, nas choupanas colmadas. Em mais duma, quando a desventura se assenta ao pobre lar camponês, este que Dante se abrigava na resignação, no orar, no derramar lágrimas

aos pés da cruz, procura agora o esquecimento na embriaguez, o remédio da miséria no roubo e até a salvação no suicídio (HERCULANO, 1838, p. 7-8 ).

A luta política de Alexandre Herculano é em favor da fundamentação da conduta humana e da moral na religião, a única que pode, segundo ele, dar sustentação ao agir do homem. Essa fundamentação entrou em crise na Revolução Francesa, que desconheceu a tradição e tornou-se impossível nos sistemas filosóficos que, inspirados no racionalismo ou no sensualismo, esbarraram em contradições internas insuperáveis (SARAIVA, 1997). O fato religioso, no qual Herculano procura fundamentar a moral, é baseado em argumentos que tentam mostrar seu fundamento. “Buscada deste modo a certeza – escreve Herculano -, a vitória do cristianismo é infalível: ele repousa em provas históricas de indubitável autoridade, porque, além da sua clareza e força não contradizem a razão nem a consciência” (HERCULANO, 1914, III, p. 201). Entretanto, Herculano não tem a mesma visão do tradicionalismo de Lamennais, filósofo francês que traz uma firme proposta de defesa incondicional do cristianismo, pois, fundamenta a credibilidade do cristianismo não na autoridade como única fonte de verdade religiosa, porém em argumentos de caráter histórico. No entanto, segundo reconhece Saraiva, não deixa de haver contradição no pensamento de Herculano, embora rejeite a tradição como fonte de credibilidade, “afirma-se tradicionalista porque a razão principal da sua campanha religiosa é de ordem sociológica: a necessidade de conservar determinados símbolos e expressões afetivas da vida coletiva capazes de manter a coesão e a moralidade pública” (SARAIVA, 1997, p. 74). Esse tradicionalismo de ordem sociológica reflete-se no seguinte texto de Herculano, em que patenteia sua valorização do cristianismo como religião que alivia o homem na busca do sentido para o seu destino e a sua felicidade:

Creio em ti (Cristianismo), porque a tua moral é sublime [...], porque nos explicaste como os destinos do homem se compensavam além do sepulcro [...], porque só tu soubeste revelar a consolação à extrema miséria sem horizonte e os terrores à completa felicidade sem termo (HERCULANO, 1836, p. 49).

Segundo Cândido Beirante, a índole liberal de Herculano se revela aqui: crê no cristianismo porque ele resolve o problema do sentido do agir do homem. Não se trata da crença numa religião por ela mesma, mas em função de um pensamento humanístico: dar sentido à vida do indivíduo e salvá-lo da destruição a que foi conduzido pelo filosofismo e pelo teocratismo. Em suas *Composições várias*, Herculano explica a ênfase social dada por ele à religião, nestes termos: a religião é pois, uma necessidade social, já que ela é o



fundamento da moral e esta é o suporte da sociedade civilizada. Eis claramente exposto o sentido último da apologia do Cristianismo: tomaremos a defesa da religião porque sem ela não há civilização, não há bons costumes e sem estes não só a liberdade não é possível, mas nem sequer a sociedade (BEIRANTE, 1977, p. 81).

Essa religiosidade humanística de Herculano, de cunho liberal-doutrinário, é salientada por Cândido Beirante, que ao se referir à supremacia dada por Herculano à religião, afirma:

A prioridade absoluta ou superioridade da religião é triplamente apontada por Herculano. Primeiramente, pela imutabilidade dos seus preceitos. A este respeito é de notar o combate encarniçado que Herculano conduzirá, mais tarde, contra o neocatolicismo por causa dos novos dogmas: o da infalibilidade pontifícia e o da Imaculada Conceição. A superioridade da religião assenta, em segundo lugar, no fato de ele aceitar e explicar cabalmente a condição humana: corpo e alma ou misto de miséria e de grandeza. Em terceiro lugar, é superior, dado que impõe uma moral exigente como condição para a salvação individual. Em 1841, Herculano dissera o mesmo: “O Evangelho é mais claro e preciso que os volumosos escritos de todos os moralistas filósofos desde Platão até Kant “a moral que não desce do céu nunca fertilizará a terra”. (BEIRANTE, 1977, p. 80-81)

Herculano fundamenta a conduta humana no fato religioso cristão, na pureza da Revelação Evangélica, explicita os elementos essenciais que contribuem, segundo a Bíblia, para nortear o comportamento humano. Existem dois aspectos essenciais nesse ponto: o cristianismo supõe a liberdade como condição humana e da fé, de um lado; de outro lado, o mandamento supremo do cristianismo, a caridade, sintetiza a doutrina moral do cristianismo e fundamenta a vida em sociedade. A caridade estabelece a verdadeira igualdade entre os homens, ao acabar com o egoísmo: Assim concebido, diz Saraiva, o cristianismo é o aliado natural do liberalismo (SARAIVA, 1976, p. 71).

Fundamentado nessa perspectiva verdadeiramente liberal, Herculano rompe em definitivo com o ultramontanismo e com o tradicionalismo católico em geral, salientando a compatibilidade que há entre a defesa dos interesses materiais dos indivíduos e a dos seus interesses espirituais. Pode-se afirmar que Herculano consegue expor as bases de uma nova ética que tornasse os católicos verdadeiramente comprometidos com a sua sociedade, sem cair no materialismo, necessariamente. Esforço de conciliação de valor incomum para quem, como ele, que nascera e vivera num meio não formado na ética calvinista. Esse esforço já tinha sido feito na França por católicos como Royer-Collard ou como próprio Alexis de Tocqueville, que levou este último, inclusive, a formular a sua noção de “interesse bem compreendido”, aquele que concilia a defesa dos próprios interesses com o imperativo cristão

da solidariedade e do amor ao próximo. Lição de moderação que, sem dúvida, Herculano tirou das leituras que fez da obra de Guizot, durante o período que permaneceu na França (SARAIVA, 1997, p. 403-405).

Sobre esse assunto, escreveu Herculano:

Defendei os vossos interesses espirituais juntamente com vossos interesses físicos. É a nossa doutrina, porque não queremos insultar a memória dos nossos pais que combateram e padeceram para conquistar essa garantias e direitos inscritos no pacto político do país; porque não queremos amaldiçoar o nosso passado, nós que viemos ocupar nas fileiras da liberdade o lugar onde eles caíram. É a nossa doutrina, porque entendemos que as necessidades morais do homem social não são menos atendíveis que as suas necessidades materiais [...]. É a nossa doutrina, porque o progresso material é filho das conquistas da liberdade, do progresso e da civilização moral. A máquina a vapor e o caminho de ferro não nasceram entre os povos servos; nasceram nos países onde as garantias individuais, o amplo direito de associação, a franca manifestação do pensamento, a verdade eleitoral, a independência de poderes; os fatos sociais, em suma, em que aparece a fisionomia de um povo livre eram uma realidade [...]. Pugnar pelos melhoramentos materiais que razoavelmente o país tem direito a pedir sem querer todavia que se lhes sacrifiquem ou sequer se posponham os sacrossantos direitos dos cidadãos. (HERCULANO, 1853, p. 17)

Podemos entender a noção de progresso de Herculano que tanto atinge o desenvolvimento dos fatores materiais quanto dos morais. A esse respeito, escreve Cândido Beirante:

Herculano utiliza muitas vezes a expressão progresso moral e material; outras vezes, progresso material e intelectual e também progresso material e social. Todas estas designações contêm em si o aspecto moral do progresso, num sentido lato, tal como o entendia Herculano [...]. No pensamento herculaniano o verdadeiro progresso é o que engloba os fatores materiais juntamente com os morais. Quando houver um divórcio entre estes dois grupos componentes do progresso humano, entrar-se-á num estado de pré-decadência que virá a trazer (prazo mais ou menos curto) a decadência generalizada. O grande termo de comparação para as suas considerações vai buscá-lo à História, à decadência do Império Romano (BEIRANTE, 1977, p. 116).

Segundo Herculano, o verdadeiro progresso se dará no seio da sociedade, senão, na medida em que o espírito humano for educado devidamente na leitura, na ilustração, na civilização, no cultivo das artes e no desenvolvimento das ciências. Em *O Panorama*, semanário que dirigiu entre 1837 e 1839, Herculano afirma que a verdadeira civilização é a do espírito humano. Segundo ele, quem lê, “bebe a largos tragos na taça da sabedoria e é cidadão de todas as repúblicas, membro de qualquer sociedade, contemporâneo de qualquer século” (O PANORAMA, 1837) No mesmo semanário, Herculano escreveu, em 1839:

Não é da abertura de canais e estradas, do acréscimo das exportações, do fomento da indústria, que depende a felicidade futura do povo; é da educação. Ilustre-se, civilize-se, aprenda a conhecer o que lhe convém, renasça nele a boa moral, e a antiga virtude portuguesa, que depois será o próprio povo quem, sem socorro do governo, e até apesar do governo se preciso for, abrirá canais e estradas, melhorará a agricultura, aumentará o comércio, aperfeiçoará a indústria Herculano crítica, porém, as reformas progressistas empreendidas pelo Marquês de Pombal que entraram em declínio após a sua saída do governo, porque “este é o destino de todos os progressos que não nascem do seio da sociedade e do desenvolvimento das ideias”. (HERCULANO, 1839, *O Panorama*).

O progresso integral do homem, que abarca o cultivo do espírito humano, é um dever moral. Assim, Herculano escreve:

Negar o aperfeiçoamento intelectual aos homens, deixá-los na bruteza e na ignorância é um ato imoral, um menoscabo de deveres sagrados e por consequência um crime {...}. O homem não passará de máquina se carecer de instrução e raciocínio. É, portanto, preciso cultivar-lhe o espírito [...]. Os proveitos e cômodos de que a Europa atualmente goza [...] nasceram todos da cultivação das artes (HERCULANO, 1840, p. 75).

Em 1872 Herculano escrevia:

Ninguém por certo nega a utilidade de favorecer o trabalho literário e científico, principal elemento do progresso social. O progresso material, segundo ele, é muitas vezes conquistado às custas do homem: “Pobre povo- escreve o historiador- mal sabes tu à custa de quantos gozos interiores, de quantas esperanças, de quantos sonhos formosos, hás-de ir comprando os progressos e a civilização! (HERCULANO, 1872, p. 317).

Através de suas palavras, Herculano demonstra a grandeza do valor moral, erguendo-se solitariamente e questionando uma sociedade entregue ao imediatismo e às vantagens que a política da época podia proporcioná-la.

Antero de Quental escreveu no fim de setembro de 1877 o elogio de Herculano para a *Revista Os dois Mundos*. Para Antero, Herculano escondeu-se no retiro de Vale de Lobos, durante os últimos anos, voltando às costas para uma sociedade em atrito com seu ideal de vida:

Na fisionomia moral de Alexandre Herculano- escreve Antero- há certas linhas que fazem lembrar o perfil enérgico e simples dos heróis típicos da nacionalidade portuguesa. Pertencia a essa grande linhagem que acabou com ele. O seu século, admirando-o, considerava-o todavia com um certo ar ininteligível, como se sentisse vagamente que aquele homem pertencia a um mundo extinto, um mundo cujo altivo sentir já ninguém compreendia. E acabaram, com efeito por não se compreenderem. (QUENTAL, 1877)

Oliveira Martins, em *Portugal Contemporâneo*, escreveu elogio semelhante a Alexandre Herculano, destacando o estoicismo do seu caráter:

A cova do cemitério de Azóia onde baixou o cadáver de Herculano no verão de 77 é, no seu isolamento, o símbolo da insensibilidade com que Portugal o sepultou [...]. A palavra que o retrata é o Caráter, porque nele a vida moral e intelectual eram uma e única (coisa). Dissemos pois Caráter no sentido e valor que a palavra teve na Antiguidade, e não na vaga acepção moderna [...]. O tipo de caráter à antiga é o estóico e este é propriamente que define a fisionomia de Herculano; este o tipo que passo a passo veio crescendo até dominar os últimos anos, [...] quando os desenganos do mundo o degradaram para o exílio, não como um mártir, mas como um homem que, protestando sempre, se não converte nem se corrompe”. (MARTINS, 1984, II, p. 225-226).

Joaquim Veríssimo Serrão identifica a grandeza de Herculano como decorrente da sua vocação de escritor e do seu espírito liberal. A propósito, frisa Serrão:

Apesar das críticas de alguns nomes da geração de 70, como Teófilo Braga e Adolfo Coelho, tinha-se assim gerado em torno de Herculano uma admiração quase exclusiva pelo homem e pelo escritor que era o símbolo de sua geração [...]. A nobilitação intelectual obrigava um grande escritor a ser também um homem grande, alguém que soubera impor-se à consideração pública pelas atitudes que tomara nos debates e problemas que afetavam toda a Nação. O liberalismo exigia que no indivíduo se reunissem os dois múltiplos que definem os verdadeiros modelos de uma sociedade (SERRÃO, 1977, p. 214-215).

Não são apenas os seus escritos críticos e políticos que nos permitem inferir a moral e o sentimento religioso que permeiam a poética do autor. A poesia de Herculano também cumpre o seu processo religioso, como no exemplo que destacamos a seguir: “Creio que Deus é Deus e os homens livres”, escreve em 1829, antes de afirmar vinte anos mais tarde: “A cruz no céu do Oriente / Da liberdade anunciará a vinda” (HERCULANO, 1858, p. 129). Herculano dizia-se poeta do Cristianismo e da Liberdade, desde 1836 (No *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*). Estes dois sentimentos estão igualmente na origem d’*A Voz do Profeta*, publicado em duas partes, em 1836 e 1837. “O espírito de Deus passou pelo meu espírito e disse-me: vai e faze ressoar nos ouvidos das turbas palavras de terror e de verdade” (HERCULANO, 1867, p. 24). Uma revolução popular restabelecera a Constituição de 1822. Este crime tinha de ser expiado sob as maldições do céu! “As fezes da sociedade” não queriam a liberdade mas a licença e a “desgraçada Lisboa” tornara-se uma “caverna de vícios e de desenfreamento”. O resultado só podia ser a miséria, a servidão, o cativo – a dominação espanhola. Mas a visão do Senhor leva Herculano mais longe ainda: “Oh, meu Deus, porque abandonaste este povo?”. Sobre este espetáculo horrível o poeta ouve vozes

gritarem: "Guerra à religião do Cristo!". E os últimos clarões da esperança extinguem-se então. (HERCULANO, 1873, p. 192)

O caos literário que vimos denunciado por Herculano correspondia, de fato, ao caos moral da pátria. Profeta da desgraça, espécie de Lamennais sem o seu espírito democrático, o poeta da liberdade cartista faz do cristianismo cúmplice da sua reação ideológica, apenas justificada pela honra de um juramento político.

Trinta anos mais tarde, Herculano sorrirá das "cóleras e das hipérboles dos seus vinte e seis anos". (HERCULANO, 1867, p.44). De resto, o texto soa a falso, tal é o desajustamento entre a causa política e o efeito literário. Nada se passou como Herculano previra.

Onde o cotidiano contrariava a sua perspectiva idealista, ele não via mais do que desgraças. *A religião do Cristo* tinha para ele exigências ao mesmo tempo místicas e épicas que somente o sonho, a fantasia e a grandeza titânica podiam traduzir. "Dir-se-ia também que este acordo entre Deus e a poesia implicava exigências morais e cívicas" FRANÇA, 1999, p. 129), pois "Deus à poesia deu por alvo a pátria, / Deu a glória e a virtude" (HERCULANO, 1838, p. 115).

Por estes versos escritos em 1838, percebemos que Herculano cedo atribui à poesia uma função pedagógica imediata que não nega a sua missão divina. *A Harpa do Crente*, publicada pela primeira vez em 1838, reúne um grande número de poesias às quais Herculano juntará mais algumas, na altura da edição de 1850. *A Cruz Mutilada*, com data de 1849, é a última composição do poeta - a sua meditação mais pura em torno de um sinal carregado duma potência simbólica que a própria natureza deve assumir. O poeta fala desta natureza, dos montes, dos rochedos, das florestas, do mar, da "lua solitária", numa descrição evocadora; afirma por fim: nela, na natureza, "minha alma a eterna cruz adora" (HERCULANO, 1849, p. 135).

As "harmonias suaves" de Herculano, assim como as tempestades que descreve, não poderiam alterar as suas crenças simples. O seu hino a Deus, em 1831, termina com estes versos límpidos e confiantes, como os descreve Herculano: "Eu, por mim, passarei entre os abrolhos / Dos males da resistência, / Tranquilo, e sem temor, à sombra posto /Da tua Providência (HERCULANO, 1831, p. 90).

### 2.3 Liberalismo, religião e patriotismo

Através de algumas considerações teóricas o estudo demonstra a íntima ligação entre a forma de entender o liberalismo e a visão religiosa do homem e do mundo. Joaquim Veríssimo Serrão afirma que o liberalismo de Herculano não põe em causa, antes defende com vigor o apego religioso que animou os portugueses no seu ideal de cristandade (SERRÃO, 1977, p. 50).

O respeito que mereciam as cinzas dos antigos heróis identificava -se nele com o próprio culto da Nação portuguesa. A vergonha, vergonha eterna não provinha de se manter a lembrança desses homens, mas da ambição e falta de caráter de muitos outros, que, em nome de uma nova doutrina política, colhiam os benefícios de um saque no patrimônio nacional e reduzia ao enovalho tradições venerandas (SERRÃO, 1977, p. 50)

Oliveira Martins, define deste modo a índole religiosa do liberalismo herculaniano:

A tradição religiosa ou antes aquele pseudotradição de um catolicismo liberal inventada pelo romantismo servia, pois, ao filósofo para temperar o seu individualismo, conciliando-o com um resto de autoridade social consagrada nas prerrogativas do trono representativo. De tal modo se combinava o racionalismo, e este traço é o que dá a Herculano, ou antes à sua doutrina, um caráter de individualidade original, depois do ensino apenas racionalista de Mouzinho da Silveira. (MARTINS, 1984, p. 235)

A inclinação de Herculano em benefício do liberalismo monárquico deve-se a um esforço de adaptação do liberalismo ao contexto católico português, com a finalidade de superar o risco do democratismo. Certamente pesam, o prestígio de Guizot e dos demais doutrinários que, na França, já tinham tentado equacionar um tipo de solução semelhante, ao ensejo da monarquia de Luís Filipe. Herculano queria um tipo de liberalismo que não fosse de encontro com as tradições religiosas e que possibilitasse a superação do Terror. Serrão afirma a esse respeito o seguinte:

Herculano considerava o regime democrático como inadaptado aos estratos mentais do homem europeu, marcados pela crença católica que levava ao fortalecimento das instituições de vários países. Admitia que na origem da mentalidade republicana da Suíça e das colônias inglesas da América estivesse a força respectiva do calvinismo e do puritanismo, como prolação da sua vida moral. A índole, os costumes e a expressão própria desses países mergulhava em práticas religiosas que lhe mantinham o vigor. Já o mesmo não sucedia com nações católicas da Europa, ligadas pelas suas raízes seculares ao liberalismo monárquico. (SERRÃO, 1977, p. 195)

Herculano era um doutrinário. Não só a vida intelectual interessava-o, mas a sua projeção sobre o mundo da política, com objetivo de torná-la mais humana. À maneira da França, especialmente a de Guizot, aspirava a mudança das instituições de Portugal, tornando-as mais civilizadas, ou seja, colocando-as a serviço do homem, superando assim a velha tradição tirânica do absolutismo. Se ele se afastou da vida pública em alguns momentos da sua vida, foi para reforçar a sua reflexão a respeito da sociedade e voltar à luta trazendo novas abordagens, possibilitando uma renovação das instituições. A propósito deste perfil de Herculano, escreve Eduardo Soveral:

Interessa declarar que comungo da opinião dos que o recolhimento em Vale de Lobos não deve ser interpretado como uma renúncia à vida pública que a incompreensão, a inveja, a má fé, e os mesquinhos ataques pessoais tornavam, uma vez mais, inabalável para um homem de princípios e de caráter como ele era. Penso também, que Herculano, pelo contrário, soube reagir positivamente a esse clima malsão da vida cultural portuguesa, e que em Vale de Lobos, continuou a desempenhar o papel público que mais se lhe afeiçoava. (SOVERAL, 2002, p. 9)

Doutrinário, liberal também contrário ao democratismo e defensor convicto da monarquia representativa, Herculano escreve em carta endereçada a Oliveira Martins, em 10 de dezembro de 1870:

A democracia repugna às nações ocidentais da Europa educadas pelo catolicismo que, na pureza da sua índole, é o tipo da monarquia representativa. Seria preciso ignorar a imensa influência que as religiões têm no desenvolvimento intelectual e moral das grandes famílias humanas, na formação lenta da sua índole particular, para não perceber quão difícil é dar um caráter, não só novo, mas até oposto, ao seu organismo social e político. (HERCULANO, 1870)

Mesmo com toda inspiração religiosa do seu liberalismo, Herculano perde a capacidade crítica, como ele mesmo confessa:

Depois de uma época de incredulidade em que lentamente perece uma religião, os espíritos cultivados que adotam outra para encher um vácuo e para satisfazer a necessidade psicológica de crer, nem por isso perdem de todo os hábitos de ceticismo e, se abraçam com ardor a nova ideia na sua generalidade, não abdicam de repente as tendências para a discussão e para a dúvida nas espécies particulares (HERCULANO, 1836, p. 65).

A incorporação iluminista-liberal e o espírito religioso em Herculano, que é característico dos românticos em geral cria internamente nele uma divisão que Beirante descreve assim:

Herculano é um homem dividido: de algum modo é filho espiritual dos iluministas, mas reage durante contra a sua irreligião. Por um lado, é sensível ao acervo das suas idéias, por outro lado, manifesta-se de acordo com muitas das críticas que lhes são feitas pelos pensadores eclético-espiritualistas da primeiras décadas de oitocentos. Herculano procura seguir uma via de conciliação entre os sistemas opostos que se digladiavam surdamente desde finais do século XVII. Vai adotar a forma do espiritualismo eclético, que afinal já era uma síntese entre o cristianismo e a filosofia anterior (BEIRANTE, 1977, p. 66).

Salientamos, finalmente, que o resumo entre liberalismo e cristianismo em Herculano se deu a partir de sua busca de algo que acalmasse a necessidade de crer, sem que com isso ele abandonasse o espírito da Ilustração. Ele relata a sua luta por encontrar esse princípio religioso: “Não achando [...] esperança na religião da matéria em que me criaram, fugi para religião dos espíritos e, por uma teoria de abstração subjetiva, minha, aliás inexplicáveis, divagações” (HERCULANO, 1836, p. 65). Esse espírito de procura da religiosidade, é comum aos românticos. Eles, como frisa Beirante:

Vão criar uma nova tábua de valores religiosos, morais, estéticos, etc., opostos à da filosofia das Luzes. Os escritores do romantismo vão voltar-se para o Cristianismo primitivo sem as superstições de dezoito séculos( na expressão de Herculano), ao contrário dos iluministas que procuravam realizar a divisa de Voltaire: esmaguemos o infame. (BEIRANTE, 1977, p. 66).

Herculano acredita no progresso, sem dúvida. Mas associa a defesa deste a um fundo moral, sem o qual não teria sentido, conforme observa Eduardo Soveral:

Esclareça-se que a posição de Herculano quanto ao progresso técnico do país, designadamente quanto à construção do caminho de ferro e da sua ligação à Europa, era muito complexa. Tentarei resumi-la. A sua posição doutrinária de fundo era a seguinte: a subordinação do progresso técnico a padrões morais era condição sem a qual mais valeria que ele não se efetivasse. No que em particular se referia a Portugal, e atendendo ainda ao facto de ser uma nação pequena, e à generalizada tendência para aceitar sem crítica e imitar as idéias e modas que o comboio nos traria diariamente de além- Pirineus, entendia que assim ficaria em grande risco a nossa cultura e o nosso modo de ser. Só gradualmente, e com um maior conhecimento e uma mais justa avaliação das nossas tradições, esse ampliado contacto com o que nos era estranho seria benéfico e não destrutivo. No plano económico entendia que era prioritário o desenvolvimento da agricultura, e que seria apoiando-se nela que a industrialização devia operar-se. O recurso ao crédito externo, como acontecia com a construção da linha férrea, traria certamente, segundo pensava, prejuízos futuros” (SOVERAL, 2002, p. 8).

O liberalismo do historiador é de profunda inspiração nacional. O patriotismo foi uma das características da geração de Herculano e, como intelectual que foi, Herculano não deixou de nortear sua poética e sua participação política por esse credo. Veríssimo Serrão afirma a respeito:



Que um forte sentimento pátrio animou os homens do século XIX, que punham os valores nacionais acima do ideário pessoal e, quando não o faziam na prática, tinham pelo menos a consciência de respeitar esse princípio. Foi esse um dos grandes legados do liberalismo que cumpre nesta hora lembrar na figura de um dos seus maiores. Também a crença nos direitos individuais que animou o espírito oitocentista, mantém viva a ressonância dos que acreditam no homem como o fim último da sociedade (SERRÃO, 1977, p. 11)

Segundo a análise crítica que Herculano fazia da História portuguesa, a falta de força moral que por volta de 1870 se alastrava em Portugal não era consequência da liberdade, mas justamente tinha sido causada pela carência dela, pois tanto o absolutismo quanto a influência francesa conseguiram perverter a reta evolução do espírito medieval português. Em que pese o sistema constitucional da sua época ser “incompleto, contraditório, às vezes absurdo”, ele não foi responsável pela descaracterização do país, mas a má aplicação que se fizera dele. Herculano frisava que “o mal está antes no país que nas instituições”, nunca deixando de nutrir a esperança de que o seu ideal tivesse perenidade (HERCULANO, 1841, p. 60-61).

Falar de patriotismo com relação à figura de Alexandre Herculano, após toda a sua trajetória até aqui narrada, seria redundante e não vamos insistir nesse aspecto. Entretanto, seria pertinente frisar que toda a sua história de vida é dedicada a pátria. Foi pensando no melhor para a sociedade portuguesa que, inclusive, abriu mão de sua vida particular, já que só contraiu matrimônio a uma certa altura de sua vida, com uma idade bastante avançada (57anos). Numa carta a Filipe de Soure, ele admite: “Não se pode fazer filhos e livros ao mesmo tempo” (HERCULANO, 1867). Sempre preocupado com os rumos da Nação, com uma vida dedicada às causas públicas e uma ética indiscutível, nunca teve interesse em honrarias, títulos e cargos, mas sim queria paz de consciência e liberdade para resolver as necessidades urgentes que Portugal exigia, segundo sua concepção. Como intelectual militante que foi, não aceitava conciliar apenas parte de suas ideias com outras que ele considerava abomináveis. Defendia o povo no que ele achava que deveria fazê-lo: lutando pela instrução, pela educação através da arte e da imprensa, pela liberdade de pensamento, pelo direito à propriedade, e, mais do que tudo, contra a corrupção dos governos e dos capitalistas que vendiam a nação com a ilusão do progresso.

### 3 HERCULANO E O ROMANTISMO

Historicamente, o Romantismo é situado por diversos autores como movimento, escola estética ou fenômeno histórico decorrente das Revoluções Francesa e Industrial. Para a crítica de autores como Eric Hobsbawm, Nachman Falbel, Elias Thomé Saliba, Cleonice Berardinelle, Izabel Margato e Laura Padilha, o Romantismo surge como resposta para as mudanças políticas, econômicas e sociais que desestruturaram a Europa do período do final do século XVIII até metade do século XIX.

O mundo da intelectualidade europeia sofrera alterações radicais com o desenvolvimento econômico, que passa a ser impulsionado, gradativamente, através da produção em larga escala e a maximização dos lucros nas relações comerciais; desse modo, o homem torna-se uma mera engrenagem dentro da política econômica do capitalismo industrial. Segundo Hobsbawm:

A “literatura econômica”, que enquadra a produção de poesias, peças de teatro e, especialmente, romances, surgiu sob os efeitos da denominada “dupla revolução”. O termo aparece logo no prefácio de seu livro *A Era das Revoluções* e é usado para caracterizar as transformações que o mundo sofreu entre 1789 e 1848, motivadas pelas Revoluções Francesa e Industrial. (...) E um sentido estrito, o romantismo surgiu como uma tendência militante e consciente das artes, na Grã-Bretanha, França, e Alemanha, por volta de 1800 (no final da década da Revolução Francesa) e em uma área bem mais ampla da Europa e da América do Norte depois da batalha de Waterloo. Foi precedido antes da Revolução (principalmente na Alemanha e na França) pelo que tem sido chamado de “pré-romantismo” de Jean Jacques Rousseau, e a “tempestade e violência” dos jovens poetas alemães. Provavelmente, a era revolucionária de 1830-48 assistiu a maior voga europeia do romantismo. No sentido mais amplo, ele dominou várias das artes criadoras da Europa, desde o começo da Revolução Francesa. (HOBSBAWM, Erich. 1982, p. 280)

O movimento romântico foi mais que um programa de ação de um grupo de poetas, romancistas, filósofos ou músicos. Tratou-se de um vasto movimento no qual se abrigaram o conservadorismo e o desejo libertário, a inovação formal e a repetição de fórmulas consagradas, as relações com o poder e a revolta radical; enfim, um conjunto tão distinto de tendências que seria uma ociosa bagagem inconsequente pretender mascarar através de generalizações apresentadas a riqueza e diversidade que nortearam o movimento ora falado (SERRÃO, 1977, p.18). Inicialmente, apenas uma atitude, um estado de espírito, o Romantismo toma mais tarde a forma de um movimento, e o *espírito romântico* passa a designar toda uma visão de mundo centrada no indivíduo. Os autores românticos portugueses voltaram-se cada vez mais para si mesmos, retratando o drama humano, amores trágicos,

ideais utópicos e desejos de escapismos. Se o século XVIII foi marcado pela objetividade, pelo Iluminismo e pela razão, o início do século XIX seria marcado pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção e pelo *eu*.

O termo romântico, segundo Helena Carvallhão Buescu, refere-se ao movimento estético ou, em um sentido mais *lato*, à tendência idealista ou poética de alguém que carece de sentido objetivo. Ainda, segundo a pesquisadora:

O Romantismo é arte do sonho e fantasia. Valoriza as forças criativas do indivíduo e da imaginação popular. Opõe-se à arte equilibrada dos clássicos e baseia-se na inspiração fugaz dos momentos fortes da vida subjetiva: na fé, no sonho, na paixão, na intuição, na saudade, no sentimento da natureza e na força das lendas nacionais. (BUESCU, 1987, p. 23)

O Romantismo surgiu na Europa em uma época em que o ambiente da intelectualidade era de grande rebeldia e podem-se afirmar que a escola estética do Romantismo guarda ligações muito estreitas com as transformações políticas, econômicas e sociais que agitavam a Europa desse período. Na política, caíam sistemas de governo despóticos e surgia o liberalismo político, como nos informam alguns teóricos do Romantismo, entre eles Sérgio Nazar David em seu livro *Literatura, história e Política em Portugal* (2007). No campo artístico, existe intolerância às regras. A liberdade favorece a criação de novas formas e gêneros, e, no plano político, foi a Revolução Francesa que constituiu o clímax que desencadeou esse século de oposição.

A realidade histórica vivida pelos românticos se estabelecia por uma descaracterização das relações humanas e por novos horizontes políticos indefinidos, que ora vigoravam cheios de problemas e causadores de novos males sociais, ora como lugares privilegiados para utopias sociais. Corroborando essa ideia, o Romantismo formou-se como elemento de revolta relacionado a um sentimento de frustração diante do progresso material e econômico, promovido pelos avanços industriais e como consequência dos rumos tomados pela Revolução Francesa, marcados pelo período do Terror e da dominação napoleônica na Europa, que causaram adesão por parte de alguns românticos e repulsa por parte de outros. Por outro lado, o Romantismo surge na literatura quando os escritores trocam o mecenato aristocrático pelo editor, precisando assim cativar um público leitor, basicamente burguês. Esse público estará entre os pequenos burgueses, que não estavam ligados aos valores literários clássicos e, por isso, apreciaram mais a emoção do que a sutileza das formas do período anterior.

O Romantismo português está diretamente ligado ao Liberalismo. Valores como os da liberdade, da igualdade e da soberania da nação refletem-se no discurso da produção literária e na reflexão ideológica de Alexandre Herculano. A implantação do Romantismo em Portugal ocorre no cenário das guerras liberais, alguns anos após as invasões francesas. Assim, inserido na dominada primeira geração romântica, estreitamente ligada à instauração do Liberalismo em Portugal, Herculano viveu de forma apaixonada as mudanças histórico-políticas que assinalaram a passagem do Antigo Regime para o sistema político do Liberalismo. Desse modo, a obra de Herculano insere-se no amplo contexto do romantismo europeu em cujas origens remotas, segundo Saraiva, está o progresso econômico, político e social da burguesia e cujo desfecho identifica-se com as consequências da grande revolução industrial que desde 1850 transformou totalmente a vida na Europa. (SARAIVA, 1997, p. 729-730).

A função que Herculano desempenhou como escritor do período romântico no seio da sociedade portuguesa foi de grande importância, pois, através das suas obras literárias, retratou toda a insatisfação da sociedade e criou uma identificação transparente de seus ideais como intelectual em Portugal. Tendo sido formado intelectualmente sob a influência do ideário romântico, apreendido, inclusive, na dolorosa experiência do exílio, Herculano assumiu desde muito cedo uma postura empenhada tanto do ponto de vista estético, quanto do ponto de vista político muito participante, justificada pela urgência histórica que caracterizava a recorrente instabilidade política de Portugal, sobretudo depois da vitória dos liberais na Guerra Civil, que tomou conta do país como bem observa Antonio José Saraiva:

Dessa guerra saiu a sociedade portuguesa moral e culturalmente desarticulada. Não só tinha mudado radicalmente a base econômica da vida nacional como era urgente refazer desde os alicerces a sua vida espiritual. Num campo como no outro as ruínas dispersavam-se ao rés do solo e só podiam servir para dificultar o trabalho de reconstrução. (SARAIVA, 1997, p. 45)

Ou seja, num momento de incertezas notórias na política se instaurou uma preocupação generalizada entre os meios liberais. Era necessário o quanto antes enterrar o que restava do velho e hierarquizado modelo de sociedade, para criar um novo modelo de sociedade moderna, pautada no ideário liberal. Através desse comprometimento ideológico e depois da volta do exílio, Herculano como um dos autores da primeira geração romântica reconheceu de antemão como legítimo combatente da liberdade conforme afirma Ferreira, “que em Portugal estava tudo por fazer. Não se tratava apenas de criar uma literatura, nem tão só de revivificar as tradições poéticas existentes na arte popular. Tratava-se antes de

tudo de reformar desde a raiz” (FERREIRA, 1971, p. 49). Se de fato como afirmou o crítico, tratava-se mesmo de “*tudo reformar desde a raiz*”, Herculano não se negou a tomar parte nessa grande tarefa.

Preocupado com os rumos da literatura portuguesa, expressou a nova concepção estético-literária do Romantismo em dois importantes artigos: “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela tem a seguir?” (1834) e “Poesia: Imitação-Belo- Unidade” (1845), ambos publicados no periódico quinzenal *O Repositório Literário* (1834-1835), da cidade do Porto. No primeiro artigo, Herculano (1907, p.3), ao historiar rapidamente os caminhos percorridos pela literatura em Portugal a partir da “dolorosa confissão da decadência em que se acha em Portugal a poesia e a eloquência”, afirma literal e categoricamente que tal decadência era, sobretudo, resultante das opções estéticas clássicas, predominantes nos séculos XVI e XVII, que, por insistirem programaticamente em deixar de lado as ideias, fizeram com que a maioria dos autores portugueses somente se preocupassem em priorizar em suas obras as formas poéticas. Preocupado com a nova direção para a literatura portuguesa, agora de perspectiva esteticamente revolucionária e, desse modo, mais apropriada aos novos tempos liberais, pois para Herculano as preocupações com o estético e o político eram indissociáveis, ele reconhece na produção literária dos autores alemães um caminho para criação de uma nova prática de combate aos cânones clássicos e também uma forma de disseminar o pensamento romântico pela Europa. De fato, a Alemanha foi o foco da fermentação e foi lá que os princípios revolucionários em literatura começaram a tomar, desde a sua origem, uma consistência e a alcançar uma totalidade de doutrinas metódicas e consequentes, não dada, ainda hoje, ao resto das nações. (HERCULANO, 1907).

No segundo artigo, mais longo, Herculano, tentando superar os limites estéticos impostos pelo pensamento clássico, propõe-se a “estabelecer um corpo de doutrina que, afiançando a liberdade do poeta, circunscreva-o ao limite da razão” (HERCULANO, 1907). Dessa maneira, o escritor recorre ao idealismo estético, procura, de um lado, recusar a ideia de que o belo deriva das coisas, como preconiza o conceito aristotélico da arte como imitação da natureza, para, de outro, sobrevalorizar a tese de viés subjetivista e platônico, e, portanto, mais adequada ao pensamento romântico, de que o belo reside unicamente na alma humana, e, nessa mesma direção, observa que “é (...) no mundo das ideias que o devemos buscar” (HERCULANO, 1907). Baseado nessa leitura em que o belo reside na alma do artista, Herculano procura ainda rediscutir a leitura dos principais poemas clássicos, para, já numa perspectiva romântica, concluir o seu artigo com o estabelecimento de um programa de trabalho para a própria literatura portuguesa:

Diremos somente que somos românticos querendo que os portugueses voltem a uma literatura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nossos tempos históricos, os quais o Cristianismo com sua doçura, e com seu entusiasmo e o caráter generoso e valente destes homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais belos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradáveis para eles, mas ridículos para nós e as mais das vezes inarmônicos com as nossas ideias morais: que os substituam por nossa mitologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela filosofia e pela moral na lírica. Isto queremos nós e neste sentido somos românticos (HERCULANO, 1907, p. 69).

Resumindo, por trás da configuração desse programa estético, além da evidente influência germana, deve-se acrescentar no caso específico do projeto literário de Alexandre Herculano, a sua grande preocupação com o Cristianismo, que literariamente vem tanto de *O gênio do cristianismo*, de Chateaubriand, quanto de *As palavras de um crente*, de Lamennais, e, por fim a sua também importante perspectiva histórico-literária, que sofre a influência direta dos romances de Walter Scott.

O intuito principal desses dois primeiros artigos era o de, acima de tudo, tentar colocar em ordem o caos ideológico que norteava a literatura em Portugal. Na verdade, Herculano buscava uma definição para “utilização” da literatura romântica em Portugal, traçando um projeto nacionalista em que, como bem observou o crítico José Augusto França “a pátria que ele punha em causa, a pátria nova e terna, era tanto um *tema histórico como um tema mítico*, e com a ajuda providencial do cristianismo de Lamennais, “este tema devia tocar ao mesmo tempo a alma do indivíduo e da coletividade”( FRANÇA, 1993).

O Romantismo em Portugal, segundo Helena Buescu, deve levar em conta o fundamental anacronismo que rege o caso específico português (BUESCU, 1987). Podemos datar o Romantismo português de 1825, data da publicação do poema de Garrett, *Camões* (em que prevaleciam ainda aspectos das suas obras arcádicas) ou (data do final da Guerra Civil, definitiva derrota dos miguelistas). O certo é que, ainda segundo a pesquisadora, não se pode deixar de observar e apontar como fator significativo o atraso com que os ideais românticos, e mais ainda a sua prática estético-literária, são introduzidas e se desenvolvem em Portugal. Efetivamente, as chamadas grandes obras românticas portuguesas são já, na realidade, de meados do século: Garrett publica as *Viagens na Minha Terra* em volume, em 1846, *As Folhas Caídas* (a sua obra poética realmente liberta do traço mais ou menos visível do arcadismo em que o autor se iniciou), em 1853, *O Arco de Sant’Ana* em 1845 (1º. Vol.) e 1850 (2º. Vol.).

A obra narrativa de Herculano é publicada fundamentalmente na década de 1840, a sua *Harpa do Crente* é de 1837, e, afinal, é a partir de Garrett e de Herculano que tudo se gera no Romantismo em Portugal. Será, pois, na obra destes dois autores multifacetados, que poderemos encontrar, diferentemente estabelecidas, as características românticas já mais ou menos institucionalizadas, por essa altura, na Alemanha e na Inglaterra, em via de institucionalização também em França e nos outros países europeus (BUESCU, 1987, p. 20-21). Nesse sentido, prossegue a pesquisadora:

Não era difícil, aliás, ligar de modo evidente todas estas características, criando uma narrativa cuja ação apresentasse um herói que simbolicamente constituísse a representação de um ideal de grupo e que, ao mesmo tempo, reivindicasse para si a defesa intransigente dos princípios da liberdade. (BUESCU, 1987, p. 20-21)

O Romantismo, como fenómeno histórico traça, para si, fator que irá defini-lo como movimento artístico e como visão de mundo, a tarefa de crítico dos aspectos negativos do capitalismo industrial e do conjunto de valores sociais e morais defendidos pela burguesia.

Assim como Alexandre Herculano, Almeida Garrett possui obra bastante vasta, tendo, ambos, papel fundamental na literatura portuguesa do século XIX. Ambos introduziram a estética romântica em Portugal, escreveram várias obras, as quais refletiam sobre o tempo do período romântico, em que insurgiam uns contra os outros, liberais e conservadores. Garrett, soldado liberal em uma das suas obras mais famosas, *O Arco de Sant'Ana* (1845-1850), também utiliza-se da literatura para alertar o povo sobre as várias formas de autoritarismo do Estado e da Igreja de seu tempo. Valendo-se também do recurso da ironia e da crítica como Herculano em muitas de suas obras, Garrett, inclusive, faz referências extratextuais de autoria do próprio Herculano. Em sua obra *O Arco de Sant'Ana* ele alerta sobre a ingenuidade e a insegurança do povo, como podemos constatar nesta passagem do *Bispo Negro*, extraída da obra de Alexandre Herculano, em que Garrett, valendo-se da intertextualidade, faz a seguinte citação:

- E o bispo que vá para Roma, ver se o Padre santo lhe pode dar absolvição, que o não queremos nós cá.
- Os burgueses do Porto querem bispos com temor de Deus e amor ao seu povo.
- El rei nos dê outro.
- Ainda que seja preto como o bom de D. Soleima, que D. Afonso Henriques deu aos de Coimbra.
- E mais, foi bem bom bispo o negro: dizem.
- Está bem de ver: bispo negro, missa branca.
- Ah! ah! ah!
- Este é branco, diz missa negra.
- Como negra tem a alma, o cão.
- Cão de bispo! tu e teu Pêro Cão hoje o pagarão. (GARRETT, 1850, p. 61)

O narrador demonstra toda sua indignação dirigida ao clero e extrapola, pois este se situa fora da diegese. Assim, ele se vale de extratextualidade também com objetivo de prevenir a todos sobre a possibilidade de um novo domínio da Igreja Católica e, conseqüentemente, da perda da liberdade que, para os românticos, era o essencial. Alexandre Herculano e Almeida Garrett, através de suas obras literárias, têm como objetivo fazer o leitor refletir sobre as possíveis relações entre a obra ficcional e a realidade histórica, preocupados, sobretudo, não com a Igreja da Idade Média, mas sim, com seu momento histórico - o século XIX. Desta forma, torna-se importante acentuarmos o que significava o idealismo romântico. Onde uma ação individual é realizada, visando à coletividade - a sua vontade, o seu alerta, é uma vontade, ou melhor, a vontade da Nação e o seu ato é sempre público. Ele – Herculano – cria a literatura com objetivo da transformação, através da informação.

### 3.1 Romance histórico

Como já sabemos, o romance histórico é um tipo de romance que mescla história e ficção, reconstruindo ficticiamente acontecimentos, costumes e personagens históricos. É durante o Romantismo, no início do século XIX, que surge o romance histórico com obras como *Ivanhoé*, de Walter Scott, *Os Três Mosqueteiros* de Alexandre Dumas, *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano e *Guerra e paz*, de Leon Tolstói. Entretanto, essa modalidade não é inteiramente nova na tradição literária europeia.

Desde o surgimento do romance, por volta do século XVI, e em especial nos séculos XVII e XVIII, existiam romances de temas históricos, em que se misturavam heróis imagináveis e personagens históricos, nos quais a História se fazia presente simplesmente para a determinação temporal das ações e dos personagens. Porém, a partir do início do século XIX, com as publicações das obras do escritor português Alexandre Herculano, este gênero literário começou a estabelecer, de modo organizado e com propósitos bem definidos, a proposta de reconstruir o passado, mesclando história e ficção que se fazia passar por “verdade”.

Existe uma estreita ligação entre o romance histórico e a História. O romance histórico requer um conhecimento bastante significativo da História, pois ao recriar fatos, situações e versões que possam reconstituir acontecimentos, é necessário que o autor construa estratégias



narrativas minuciosas que definam componentes sociais, axiológicos e culturais referentes ao povo em questão. Ser conhecedor dos costumes, tradições e comportamento desse povo é de fundamental importância para a construção narrativa que embora sendo ficcional, os acontecimentos e os personagens possam transmitir verdades sociais.

Afinal, qual é o papel do historiador? Segundo Eduardo Abranches de Soveral (2002), Herculano considera que ele deve testemunhar, perante a sociedade da sua época, esse sentido oculto em direção ao progresso, que a Providência traçou para a Nação portuguesa. Observados os fatos antigos, o historiador pode traçar os lineamentos gerais do que poderá vir a ocorrer com um determinado povo. É necessário, para isso, conhecer as próprias tradições. Não existe, contudo, uma história iluminista da Humanidade. Cada povo percorre a sua trilha. Mas o historiador não pode se deixar enganar pelos fatos descosturados. Deve interpretá-los à luz da ideia providencialista. O historiador, de outro lado, deve levar em consideração a liberdade humana, o que o conduzirá a não pretender traçar leis gerais, como as das coisas naturais, mas a tentar identificar tendências esclarecedoras do comportamento dos homens. Pode-se, apenas, esboçar uma probabilidade, em relação ao comportamento humano. A propósito da metodologia da história defendida por Herculano, escreveu o saudoso filósofo português Eduardo Abranches de Soveral:

Ao observar que tudo o que realmente acontece tem uma causa e que os sucessos só parecem fortuitos porque se ignora aquilo que os determinou, tem Herculano inteira razão, segundo penso. Não obstante, deverá anotar-se que, sobretudo no plano da realidade histórica, a maioria das causas não são naturais mas humanas. E se, quanto às primeiras, se poderá metodologicamente admitir um seguro conhecimento, integrando-as num sistema de leis permanentes e universais, já, quanto às segundas, esse conhecimento seguro não é possível, pois o comportamento livre dos homens é como tal, imprevisível. Quando muito se poderá estabelecer um sistema normativo à luz do qual esse comportamento livre se objectivaria do modo mais eficaz e perfeito. (SOVERAL, 2002, p. 12)

No século XIX, com o apogeu do Romantismo, há uma necessidade de busca da identidade nacional, num momento de profundas transformações políticossociais. Daí, o papel fundamental do romancista na reconstrução histórica através de textos ficcionais que passam a valer como documentos, contribuindo para a imagem de nação coesa, dotada de uma tradição e de uma história comum aos seus habitantes. O autor utiliza a trama fictícia como primeiro plano; enquanto isso, o historiador estabelece uma interseção / ou seria uma conexão, vinculação entre o texto histórico e o texto literário, preservando, respectivamente, as ideologias históricas e ficcionais.

Alexandre Herculano foi o responsável pela introdução do gênero romance histórico em Portugal, pois, ao ambicionar recriar outras épocas, delineou um modelo da estrutura narrativa histórica. Ele conseguia fazer interagir o tema histórico ao organizar dramaticamente os acontecimentos, isto é, ao estruturar o enredo do romance em partes com exposição, crise e desenlace, criando episódios convergentes, cada qual contribuindo para fazer progredir a ação.

Georg Lukács (1977) teorizou o romance a partir da análise dos romances de Walter Scott, nos quais observou a constância de alguns elementos que definem esse gênero narrativo. Assim, ele o definiu:

- 1- A época histórica resgatada está num passado mais ou menos distante do presente do autor e serve como um pano de fundo histórico para o romance;
- 2- neste pano de fundo é desenvolvido uma trama fictícia, inventada pelo autor, com ações e personagens fictícios que se encaixam perfeitamente na época passada reconstruída;
- 3- geralmente, na trama inventada, há uma história amorosa que tanto pode ter um desenlace feliz ou trágico;
- 4- a trama fictícia ocupa o primeiro plano do romance, ela canaliza a atenção maior tanto do narrador quanto dos leitores;
- 5- a época histórica passada é somente um contexto, melhor, um pano de fundo, embora não tenha uma importância secundária. O contexto histórico perpassa toda a obra, explicando os comportamentos dos personagens e as soluções dos conflitos. (LUKÁCS, 1977, p. 3)

Em Portugal, Alexandre Herculano inicia o romance histórico fazendo uso de seu largo conhecimento da História do país, particularmente a relativa à Idade Média. Esse gênero renova e revigora a prosa de ficção portuguesa. Herculano é autor dos romances: *O Bobo* (situado no século XII), *Eurico, o Presbítero* (situado no século VIII) e *O Monge de Cister* (situado no século XVI). Nessas obras, misturam-se fatos históricos devidamente documentados, a matéria literária-trama amorosa, aventura da cavalaria medieval, fantasia, imaginação, sendo estas utilizadas pelo autor apenas como pretexto para dar vazão as suas ideias sociais, filosóficas, religiosas e nacionalistas.

Os romances *O Bobo* (vindo a público n' *O Panorama* em 1842 e deitado em volume em 1878), *Eurico, o Presbítero* (1844) e *o Monge de Cister* (1848), escritos à semelhança das obras do escocês Walter Scott, considerado por Herculano como “modelo e desesperação de todos os romancistas” (BUESCU, 1987, p. 25-26), alcançaram um sucesso imediato e desencadearam uma onda de imitações que transformou o romance histórico em moda literária nacional em meados dos oitocentos. *Eurico, o Presbítero* é sua grande obra, além de ser um romance histórico que retrata as lutas de reconquista em plena época medieval, ainda é

um romance de tese contra o celibato clerical, que, na época, correspondia a uma imposição da Igreja, que somente reconhecia a validade do casamento religioso. Herculano tinha uma proposta de tornar também válido o casamento civil. O próprio autor emite, no prefácio da obra, sua opinião sobre o celibato:

Eu, por minha parte, fraco argumentador, só tenho pensado no celibato à luz do sentimento e sob a influência da impressão singular que desde verdes anos fez em mim a ideia da irremediável solidão da alma a que a igreja condenou os seus ministros; espécie de amputação espiritual, em que para o sacerdote morre a esperança de completar a sua existência na terra. Suponde todos os contentamentos, todas as consolações que as imagens celestiais e a crença viva podem gerar, e achareis que estas não suprem o triste vácuo da soledade do coração. Daí às paixões todo o ardor que puderdes, aos prazeres mil vezes mais intensidade, aos sentidos a máxima energia e convertei o mundo em paraíso, mas tirai dele a mulher, e o mundo será um ermo melancólico, os deleites serão apenas o prelúdio do tédio. (HERCULANO, Prefácio, 1963, p. 39)

Em um ensaio escrito por Ana Lúcia de Souza Henriques (2005), esta tece comentários a respeito de Walter Scott, que remetem à figura de Alexandre Herculano: “O discurso histórico de Herculano se confunde e se funde com o discurso ficcional, o mesmo ocorrendo nos romances de sua autoria, havendo um entrelaçamento desses dois discursos”. (HENRIQUES, 2005, p. 62)

Esse tipo de escritura foi estudada por José Luis Jobim em “Desconstruindo a diferença narrativa, estória e história” (1995). Nesta obra, Jobim afirma que os personagens “ganham contornos e limites estabelecidos pelo historiador ou ficcionista, ao instaurar as relações compositivas entre os elementos componentes da narrativa”. E acrescenta que, “apesar de a perspectiva tradicional enfatizar a ideia de que o discurso histórico remete ao “real” e o ficcional ao “irreal”, a sua natureza verbal os aproxima” (JOBIM, 2005).

Ana Lúcia complementa, citando o caso de Herculano, que “os romances de Herculano não devem ser entendidos apenas como obras de ficção sobre o passado, mas como um tipo de ficção que apresenta a maneira como esse passado deve ser conhecido”, pois Alexandre Herculano é um nacionalista, entende a necessidade de conservação da identidade nacional portuguesa. Do seu modo procura contribuir para que os traços tomados como tipicamente nacionais possam ser resgatados do passado e mantidos vivos dentro do contexto cultural de Portugal. Por isso, conclui Henriques que Herculano encontra-se entre os valores do passado e os da vida moderna. Em suas obras, o escritor procura mostra coexistência pacífica entre o passado, do qual todos devem se orgulhar, e o presente que deve promover o progresso sem apagar a tradição (HENRIQUES, 2005, p. 62-63).

Nessas principais obras, o romancista cria cenários lúgubres, de dimensões trágicas, nos quais se movimentam românticos heróis atormentados por paixões e mulheres-anjo, predestinados para o sofrimento. Esses elementos narratológicos estão sobrepostos a um pano de fundo histórico minuciosamente reconstituído. Assim, o romance histórico é uma modalidade que facilita e serve de veículo para o exercício da intelectualidade e da concepção de Herculano sobre o papel ativo do intelectual nas mudanças sociais de seu tempo. Ao trazer a História, mesmo ficcionalizada, o autor acredita estar prestando uma contribuição para o entendimento do presente e, ao mesmo tempo, “instruindo” os leitores sobre a nação em que vivem.

#### 4 HERCULANO, O VELHO LOBO: EM SUA QUINTA DE VALE

Alexandre Herculano teve dois exílios como registro em sua carreira literária. Como já foi dito anteriormente, ele exilou-se após envolvimento partidário em 1831 na conspiração de 21 de agosto contra o regime absolutista de D. Miguel. Sendo que nesse exílio, ele saiu de Portugal (fica primeiramente na Inglaterra e depois na França), tendo sido obrigado a fazê-lo. O segundo exílio foi totalmente voluntário dentro de sua própria pátria em 1864. Podemos dizer que Herculano entrincheirou-se estrategicamente, longe dos grandes centros de decisão, saindo da vida pública para conviver com os camponeses. Com uma vida totalmente dedicada à causa coletiva, sendo um intelectual e político urbano, em 1864, Herculano toma a decisão de mudar-se definitivamente para Vale de Lobos.

Pode-se dividir duas épocas intelectuais e biográficas de Herculano, antes e depois de 1864. Aos quarenta anos confidenciara a seu amigo Garrett, a aspiração de algum dia viver “entre quatro serras, com algumas leiras de terra própria, umas botas grossas e um chapéu de Braga belo ideal de todas as suas ambições” (HERCULANO: 1897). Nove anos depois esse ideal concretiza-se, adquire a quinta de Vale de Lobos, onde passaria os últimos anos de sua vida. Em 1859, Herculano comprou a quinta de Vale de Lobos com dinheiro ganho como escritor e bibliotecário.

Em carta de 1860, quando já era dono de Vale de Lobo, mas ainda residia na Ajuda (tinha então 50 anos) justifica que os motivos de saúde eram fundamentais para se afastar de Arquivos poerentos, que lhe minavam os pulmões.

Se podemos classificar duas épocas distintas da intelectualidade de Herculano, certamente a de Vale de Lobos, foi a menos intensa, em termos de produção literária. Ela não cessa, mas atenua-se. Ele não se limitou apenas a cultivar azeitonas, mas ensinou quantos homens lhe solicitavam conselhos, não apenas em termos rurais, mas em matéria jurídica, literária e histórica. Tentou afastar-se da vida pública, escrevendo menos e a revisar sua obra para publicação em volumes. Recusou o convite de D. Pedro para reger uma cadeira no Curso Superior de Letras, em 1860. Reclamava do excesso de trabalho que a extensa correspondência lhe exigia. Na década de 1870, continua dirigir a publicação dos *Portugaliae Monumenta Histórica*, volta a escrever a *História de Portugal* que pretendia continuar em 1875 (SARAIVA, 1977). Traduz trechos do *Orlando Furioso*, de Ariosto, para publicar no *Almanaque de Senhoras*, em 1872. Ainda lê o discurso de Antero de Quental nas *Conferências de Casino* (uma série de cinco palestras realizadas em Lisboa no ano de 1871,

por um grupo de jovens escritores e intelectuais, após o término de seus estudos em Coimbra), critica o próprio Antero:

Quisera eu que o Sr. Antero de Quental conhecesse a doutrina e a tradição verdadeiramente católicas, porque havia de ser menos injusto com o catolicismo, embora não fosse menos severo, ou talvez o fosse ainda mais, com os padres. (HERCULANO, Opúsculos I, s/d.)

Mesmo estando afastado da política, do governo, das letras e tudo o mais, o liberalismo não se afastava dele. Mantém uma intensa correspondência com os amigos e muitos o procuravam para se aconselharem. Herculano desgostou-se da vida pública, pois seus protestos foram sempre muito vigorosos em relação a tudo que considerava incorreto em seu país, e por não se deixar corromper politicamente, é duramente perseguido, atacado, ultrajado em suas concepções, desilude-se profundamente com a política e as letras afastando-se definitivamente da vida pública.

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, já em 1858, Herculano manifestava desejo inabalável em abandonar a vida literária completa e irrevogavelmente estando desde então insatisfeito com a carreira literária e a vida pública, lamentando-se por não ter tido mocidade e pensando em ter pelo menos uma velhice mais tranquila.

Vale de Lobos constituiu-se em paraíso para Herculano, lá pode recuperar sua saúde que há muito tempo encontrava-se fragilizada e pode viver intensamente para si, e com generosidade com os que o rodeava.

Herculano escreveu numerosas cartas, mesmo tendo declarado solenemente, que abandonava o mundo das letras, foi permanentemente assediado por correspondência relativa a temas literários. Ele quem o diz, em carta a D. Guiomar Torresão, em maio de 1875:

Em tempo e por mais de uma vez declarei que a minha carreira literária tinha cessado. Não ofendi nisto o direito de ninguém, e creio que usei do meu. Todavia, de aquém e além-mar, quase todos os dias me caem em casa livros, jornais, perguntas de mais ou menos difícil solução e, de vez em quando, algum manuscrito para apontar defeitos e propor emendas, como se fosse a coisa mais fácil deste mundo.

E noutro passo da carta:

Para satisfazer a isto bastava ter trinta anos, nada que fazer e paciência de mártir. Aos 65, doente, obrigado a pensar na vida positiva, para ter os modestos cômodos que a velhice exige, sou tudo quanto há mau; porque não me sacrifico à vaidade ou interesse literário alheio; eu que solenemente me despedi da república das letras.” (HERCULANO, Cartas, 1875, tomo II)

Correspondia-se com muitos amigos, entre eles Joaquim Filipe Soure. Em 18 de maio de 1877, meses antes de seu falecimento, escrevera a seu amigo Filipe de Soure e dissera-lhe: “Estou um perfeito velho: nem o demônio me faz sair de Vale de Lobos. Tenho vontade ir a duas terras: ao Porto e a Évora; mas falece-me o ânimo. Uma ou duas vezes que vou a Lisboa, levo o coração apertado” (HERCULANO, *Cartas*, 1875, tomo II).

Das correspondências escritas por Herculano em Vale de Lobos, julgamos de maior relevância aquelas que tivessem relação com sua carreira literária, pois afinal essa é uma das marcas de sua intelectualidade. Elegemos três correspondências nas quais lhe são solicitadas opiniões sobre obras literárias datadas consecutivamente de 1869, 1871, 1873, publicadas no livro *Opúsculos V* (1986), demonstrando o quanto Herculano fora influente, e respeitado como intelectual em Portugal. Passaremos a transcrevê-las.

### **Primeira Carta**

Carta A Silva Gaio

Sobre o Drama Dr. Fr. Caetano Brandão

Datada de 18 de Maio de 1869

Ilm° e Exm° Sr.

Recebi o seu D.FR. Caetano Brandão em conjuntura que o escrever me era grandemente dificultoso em consequência de uns furúnculos que sucessivamente me vieram ao pulso com grandes dores e inchação no braço. Não pude por isso dizer-lhe logo o que sentia dele, como desejava.

Há muitos anos que a minha suprema ambição era chegar a assinar de cruz. Não espero obter o meu *desideratum*, por ter começado tarde a caminhar para ele. Entretanto não desespero de aproximar-me a uma distância razoável do alvo. Pude supor e há muito me secularizei da comunidade das letras. Não conte, por isso, com uma crítica mais ou menos benévola do seu drama. Sou incompetente. Agora o que posso dizer com sinceridade chã de rústico é o que senti, como o sentiria outro qualquer que não seja do ofício. Comecei a lê-lo e levei-o a cabo sem descontinuar e mais de uma vez se me arrasaram os olhos de água. Os tipos de arcebispo de Diogo, de Álvares, e de Margarido cá me ficaram impressos na memória, que já não vai prestando para nada. Infira daqui o que senti e como senti. Não acrescentarei mais uma palavra.

Disponha V. Exc<sup>a</sup> da inutilidade

do seu Respeitador e C. Herculano

Vale de Lobos, 18 de Maio de 1869.

### **Segunda Carta**

Carta a Guiomar Torresão com o trecho “O campo”

Ex.m<sup>a</sup> Sm<sup>a</sup>

Vale de Lobos, 4 de Julho de 1871.

Escreve-me V. Exc<sup>ia</sup> pedindo-me algumas palavras minhas para um livro que vai publicar - O Almanach das Senhoras.

Se fosse homem a carta, provavelmente a resposta consistiria em calar-me. A troco das acusações de orgulho, de grosseria ou doutras fealdades destas, eu, que já curo pouco do bem ou do mal que de mim poderão dizer, desafronto-me com o silêncio da injúria de mentiroso que, por solicitações da tal espécie, virtualmente se me fez. Parece-me que deviam merecer algum crédito protestos tantas vezes e há tanto tempo repetidas, por obras e por palavras, de que deixei de ser homem de letras. Repelir a incredulidade que ofende com o silêncio que desdenha, não contradiz a equidade.

Mas a carta de V. Ex<sup>a</sup> tornava-me perplexo. Por um lado, inutilizava o meu sistema, compelindo-me a responder. Não me desobrigar a velhice do respeito devido ao sexo de V. Exc<sup>ia</sup>, nem de mostrar pronto o ânimo para lhe cumprir os desejos. Por outro lado, a consciência advertia-me de que em mim a decadência do espírito precedeu, na rapidez e intensidade, a decadência do corpo e, na sua cruel sinceridade, dizia-me que se tentasse agora satisfazer ao pedido, isso redundaria só em detrimento do seu almanach. Flutuando entre considerações opostas, a solução que achei foi recorrer a alguns dos meus papéis velhos, condenados, porventura, a nunca verem a luz pública, pequena desgraça para a pátria, mas ainda, se é possível, mais pequena para mim. Os primeiros que encontrei foram folhas avulsas de um livro delineado e, em parte escrito há bem doze anos. Atraíram-me talvez pela sua analogia com minha actual situação. Parei nelas. No tempo em que as escrevia tinha ainda opiniões literárias. Cria então um livro sobre o campo, em que a poesia e o sentimento não excluíssem o verdadeiro e o real, estava por fazer, e que o modo de o fazer era como eu o concebia. Esbocei o livro: tentei o desempenho. Os fragmentos que envio a V. Exc<sup>ia</sup> são alguns períodos do escritor que foi, se o foi, período que equivocadamente V. Exc<sup>ia</sup> pede ao escritor que já não é. Não valem sinto; não valem, talvez, nada; mas, como breves amostras de uma espécie de obra póstuma, sempre despertarão a curiosidade. Pela sua índole, um



almanach é coisa transitória; é, digamos assim, a folha vivente no estro, solta e seca no outono, que as primeiras lufadas húmidas do sudoeste vão, em Novembro, rolando pela campina. Pois, minha senhora, o que posso fazer é deixar ir com ela esta reminiscência de um passado de que não tenho saudades. Por insignificante e ruim que seja ainda é lavor de oficial do ofício.

Ao menos não se dirá que V.Excia pôs lunares na empreendida publicação com a serôdia tontice de um velho e rústico profano.

Peço desculpa da demora. O manuscrito estava pouco colegível e na minha vida assaz ocupada, são raras as horas que me é lícito dar a assuntos desta natureza.

Sou de V.Excia

V.dor e servo

humilíssimo A. Herculano

### **Terceira Carta**

Carta a Carlos Lopes (Pedro Ivo)

Sobre os Contos (datada de 14 de novembro de 1873)

Ilmº Snr. Vale de Lobos (Santarém), 14 de Novembro, 1873

Teve V.S<sup>a</sup> a bondade de me remeter os números do Commercio do Porto, onde vêm publicados vários contos singelamente escritos por V.S<sup>a</sup>, pedindo-me o meu voto acerca deles, voto que deseja conhecer antes de os publicar em volume separado.- Faz-me V.S<sup>a</sup> justiça contando com a minha probidade literária, com o hábito que tenho de medir palavras pela consciência, e não pela conveniência. A religião da sinceridade tem-me acarretado mais de um martírio, e está na natureza humana aferrarmo-nos cada vez mais à religião de que fomos mártires. -No que me parece que V.S<sup>a</sup> se engana é na importância que dá ao voto que me pede. Não tenho a falsa modéstia de me supor uma inteligência vulgar, mas acredito que em Portugal há outros que valem tanto ou mais do que a minha, e que se, porventura fiz em tempos, mais algum ruído do que outros, foi que circunstâncias acidentais, e para que em grande parte não concorri, me favoreceram. Quantas vezes a consciência me tem humilhado com essa consideração!- É, portanto, necessário que V.S<sup>a</sup> não dê à minha opinião mais valor do que ela tem. Pode ser errado o meu modo de ver literário, e não seria a primeira vez que o fosse. - Os seus contos, no meio de tanta, coisa por aí se escrevo, fizeram-me singular impressão. Nessas narrativas singelas de coisas simples, das peripécias vulgares da vida

humilde das existências obscuras, surge, como o sol por entre as nuvens sombrias, um grande escritor. Digo-lhe o que sinto, embora o diga com receio de contribuir com isso para as negligências na execução, a que todos somos naturalmente propensos, logo que nos supomos superiores ao comum dos que escrevem e imprimem.-Há dois homens que já desapareceram da terra, cujo valor intelectual medi em toda a sua extensão, quando ainda, a bem dizer, ninguém os conhecia- Soares de Passos e Gonçalves Dias. Disse-o, e a opinião pública e a posteridade, que infelizmente já existe para eles, vieram confirmar plenamente o meu dito. Suspeito que o instinto literário acaba de fazer-me terceira revelação, se não é antes uma ilusão do meu espírito decadente.- É o que, nas mesmas palavras possíveis, a que me obrigam ocupações instantes, lhe pode com sinceridade dizer quem é.

D. V.S<sup>a</sup>

Apreciador e C. Alexandre Herculano

Tamanha foi a importância de Alexandre Herculano na literatura em Portugal, que mesmo quando se distancia da vida pública e literária, é referência de aconselhamento para futuras escritas, devido ao seu grande valor como homem das letras em Portugal. Mesmos com sua desilusão, há coerência em seus aconselhamentos. Ele abandonou as letras, mas o talento permaneceu nele, estava apenas adormecido e a cada conselho dado por ele, podemos observar a lucidez e sensatez em suas análises.

Herculano como intelectual de Portugal, desfrutou do prazer de escrever nos períodos mais conturbados da nação no início de sua carreira quando atuava no cenário político, assim como também no fim de sua vida na paz e tranqüilidade da sua quinta à sombra das árvores. Por tudo que se propôs a fazer e por tudo que lutou toda sua vida, certamente viveu uma em plenitude, averso a vaidade termina sua vida da maneira que mais gostava: na simplicidade de sua quinta em Vale de Lobos.

## 5 CONCLUSÃO

Alexandre Herculano foi uma personalidade de atuação marcante na História de Portugal. São várias as abordagens que podemos traçar a respeito de Herculano, dentre elas, podemos verificar a sua figura como historiador e observar o quanto ele representou para a intelectualidade de Portugal. Atuou na política e na cultura da Nação, sempre participando das disputas partidárias e preocupado com o rumo das letras e da educação em seu país. Sua intelectualidade se faz notar através de sua militância na política e na sociedade nacional oitocentista e todo esse percurso pôde ser acompanhado ao longo de sua vida, nas diversas etapas do século XIX, nas quais esteve presente. Toda sua iniciação política ocorre após seu retorno do exílio, quando se engaja definitivamente na política. Em 1834, após a Guerra Civil, Alexandre Herculano atua em jornais e revistas do período, divulgando conhecimentos e ideologias, através de textos com conteúdos políticos e sociais, inserindo – se definitivamente como grande intelectual de Portugal. Preocupado com os rumos da nação, compromete-se e engaja-se no processo de reorganização da cultura portuguesa, utilizando-se de uma intensa atividade jornalística.

Portugal possuía um histórico monopólio de ordem religiosa na disseminação do saber formal; urgia se criar uma nova elite intelectual laica que se preocupasse com os destinos do povo, e Herculano foi um dos que tomou parte nessa tarefa. A grande iniciativa dá-se em 1836, com apenas 26 anos, Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo surge definitivamente para a literatura portuguesa, com a primeira publicação da série de textos de um panfleto, nitidamente de teor político religioso chamado *A Voz do Profeta*. As sucessivas edições do livro, num curto espaço de tempo, indicavam o sucesso da obra de Herculano, que teve grande potencial de impacto sobre a sociedade portuguesa e também sendo muito discutido nos meios literários e políticos locais, principalmente por ter sido escrito num período de grande transição que marcou a nação, ou seja, o pós Guerra Civil (1834) e no mesmo ano da Revolução de Setembro (1836). Através de uma escrita engajada e ao mesmo tempo poética, Herculano deixa transparecer sua ideologia liberal e cartista, contrária à política setembrista e, com isso, declara sua entrada nas questões políticas de Portugal. Essa inserção na política se dá mais pelo viés ideológico e literário do que a partir do exercício de cargos públicos que, na verdade, foram raras vezes ocupados por ele ao longo de sua vida.

Para Herculano, não interessavam cargos, títulos, honrarias, mas sim liberdade para trabalhar. Anticlerical e antiultramontano, associava os dogmas da Igreja ao poder do clero e com isso uma barreira à liberdade. A tradição do país e o certo catolicismo deveria manter-se

apenas para não haver perda da identidade nacional, porém ele defendia o catolicismo que pregava a união, e com suas leis derivadas de concílios, em que o Papa não tivesse poder absoluto. O maior problema moral para ele era a falta de patriotismo e, por isso a decadência assolava o país. O estudo da História era a maneira pela qual retirava do esquecimento, escondidos em velhos arquivos, a luz e o ensinamento do viver de outros tempos. A Idade Média portuguesa era enaltecida por ele por ser o período em que o rei estava em vários momentos ligados ao povo para conter o poderio dos nobres, por haver reunião de Cortes para definir os caminhos que o país deveria seguir, pelos forais que davam certa liberdade administrativa aos municípios.

A partir da escrita e publicação de textos com conteúdo político e social, Alexandre Herculano pode ser considerado o grande intelectual liberal que nascia com o novo regime. Herculano atuou de forma preponderante em meio à intelectualidade portuguesa. Através de grande parte de seus textos, fica clara a sua preocupação com a ideia de um suposto atraso intelectual de Portugal em relação a outros países, verificado por ele em seu período de exílio, quando entrou em contato direto com o ambiente cultural estrangeiro.

Herculano promove uma grande divulgação cultural e aprimoramento da educação através do jornal *O Panorama*, com objetivo de colocar Portugal no patamar das nações mais “desenvolvidas”. Sua relação com os jornais e revistas do país em determinado momento do século XIX ganharam maior visibilidade, pois os periódicos estavam voltados para divulgação de um conhecimento geral, com temáticas variadas, desde conteúdos estritamente políticos, de cunho partidário, até temas referentes à agricultura, literatura, história ou economia. Sua participação ativa nesse meio da imprensa na redação de alguns semanários importantes como: *O Panorama*, *O País*, *Diário do Governo* e tantos outros foram fundamentais para sua consagração como intelectual em Portugal. O *Panorama* foi um dos que mais influenciou em sua carreira, pela própria ideologia que o jornal propagava: a preocupação em disseminar uma instrução variada que fosse acessível a diversas classes sociais, aos moldes dos países europeus. O jornal primava pela divulgação do conhecimento relacionado a uma série de assuntos centrais tais como: as ciências naturais, história, geografia, monumentos, topografia, economia, literatura, juntamente com assuntos mais curtos.

Herculano escrevia e publicava de forma incansável textos acerca da História de Portugal, semelhante a um gênero nascente também em outros países, mas que, em Portugal, adquire características muito peculiares: o romance histórico. A partir desses textos difundiam-se os princípios de uma nacionalidade que se construía a partir da identificação com um passado nacional glorioso.

Dessa forma, Herculano faz parte dessa intelectualidade nascida juntamente com o regime liberal português, com preocupações que giravam em torno da popularização das letras e da maior divulgação cultural a fim de atingir uma camada da sociedade afastada de tais meios, com objetivo de elevar Portugal ao patamar das nações consideradas cultas, e se destacando por intentar formar cidadãos conscientes de seu passado e que poderiam resgatar os bons valores da sociedade que já vira anos de glória. Herculano atua tanto na política, quanto nas questões sociais a partir do melhor que sabia fazer: escrever. E com base nesses ideais publica seus textos onde se torna um porta voz da nação portuguesa em prol de uma sociedade mais igualitária.

Assim foi Alexandre Herculano, uma vida dedicada à causa pública numa sociedade em mudanças. Um homem que dedicou toda sua vida em defesa da nação, utilizando-se da sua literatura para denunciar tudo aquilo que julgava ser desfavorável à Nação. Mesmo quando decide se recolher para Vale de Lobos, sua escrita atenua-se, mas não cessa. Revisa obras para publicação em volumes. Quando morre em 13 de setembro de 1877, deixa uma marca indelével na literatura e política de Portugal. Através de sua pena utilizada de forma incansável na tentativa de soluções em favor de uma sociedade democrática e com mais liberdade, ele consolida dessa forma, seu papel de intelectual na História de Portugal.

## REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Erich. *A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BEAU, Eduard. *Os motivos da historiografia de Alexandre Herculano*. Coimbra: Lello, 1964.
- BEIRANTE, Cândido. *A ideologia de Herculano: da teoria do progresso das civilizações às reformas regeneradoras de Portugal*. Santarém: Lello, 1977.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo, Editora da UNESP, 2000.
- BRAGA, Teófilo. *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880.
- BUENO, André. *As paixões inúteis: revoltas românticas contra o capitalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.
- BUESCU, Helena Carvalhão. Apresentação, crítica, seleção e linhas de leitura. In: \_\_\_\_\_. *Lendas e narrativas de Alexandre Herculano*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1987.
- CARVALHO, Rómulo. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Editorial Comunicação, 2001.
- COELHO, Antônio Borges. *Alexandre Herculano*. Lisboa: Presença, 1965.
- DAVID, Sérgio Nazar. *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- DEBRUN, M. Gramsci. *Filosofia, política e bom senso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- FERREIRA, Alberto. *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. v.3.
- \_\_\_\_\_. *Perspectiva do Romantismo Português*. Lisboa: Moraes editores, 1971.
- FRANÇA, José Augusto. Herculano ou a consciência no exílio. In: \_\_\_\_\_. *O Romantismo em Portugal*. 3 ed. Lisboa: Horizonte, 1999.
- GARRET, Almeida. *O Arco de Sant'Ana*. Porto: Editorial Porto, 1850.
- \_\_\_\_\_. *Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Typographia da Gazeta dos Tribunais, 1846. 2 v.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v.2.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. *Literatura e comparativismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

HERCULANO, Alexandre. A Cruz Mutilada. In: \_\_\_\_\_. *A Harpa do Crente*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1838.

\_\_\_\_\_. A Voz do Profeta (1ª série). In: \_\_\_\_\_. *Opúsculos I*. 7. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1837.

\_\_\_\_\_. Cartas. In: \_\_\_\_\_. *Opúsculos V*. Lisboa: Presença, 1986.

\_\_\_\_\_. Cartas. In: \_\_\_\_\_. *Opúsculos VIII*. Lisboa: Presença, 1986.

\_\_\_\_\_. *Composições várias*. 3. ed. Lisboa: Bertrand, 1836.

\_\_\_\_\_. *Eurico, o presbítero*. Verificação do texto de António C. Lucas. Lisboa: Bertrand, 1979.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1853.

\_\_\_\_\_. *Lendas e narrativas*. Lisboa: Bertrand, 1977.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos I*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1871.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos II*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1856.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos II*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1858-1872.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos III*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1914.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos IV*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1853-1855.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos IV*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1855.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos VI: questões públicas*. Lisboa: Bertrand, 1907.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos VIII*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1841.

\_\_\_\_\_. *O bobo*. Revisão e prefácio de Vitorino Nemésio. Lisboa: Bertrand, 1978.

\_\_\_\_\_. *O monge de Cister*. Revisão de Vitorino Nemésio. Lisboa: Bertrand, 1977.

\_\_\_\_\_. *O país – 30 - VIII*, Lisboa: Editorial Lisboa, 1840-1851.

\_\_\_\_\_. *O pároco da aldeia*. Prefácio e revisão de Vitorino Nemésio. Lisboa: Bertrand, 1978.

\_\_\_\_\_. *O Português*. 17 – V. Lisboa: Editorial Lisboa, 1853.

\_\_\_\_\_. Qual é o estado da nossa literatura. Qual é o trilho que ela tem a seguir? (1834) e Poesia: imitação- Belo-Unidade (1845). *O Repositório Literário*, Porto, 1834-1845.

\_\_\_\_\_. *Poesias*. 14. ed. Lisboa: Bertrand / Amadora, [19--].

\_\_\_\_\_. *Scenas de um anno da minha vida: poesia e meditação*. 3. ed. Lisboa: Bertrand/Amadora, [19--].

HOBBSAWM, Erich. *A era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

JOBIM, José Luís. *Desconstruindo a diferença: narrativa, estória e história*. São Paulo: Edusp, 1995.

LUCKACS, Georg. *La novela histórica*. Tradução de Jasmim Reuter. 3 ed. Ciudad de México: Era, 1977.

MARGATO, Izabel. *Literatura e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MASSA, Carlos J. Romance moderno. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, 1847.

MARTINS, Oliveira. *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica e mais recente filosofia alemã em seus representantes*. São Paulo: Boitempo, 1982.

O PANORAMA: Jornal Literário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis. Lisboa: Tipografia dos Conhecimentos úteis, 1839.

PONTY, Merleau. *Elogio da Filosofia*. Tradução de Antônio Braz Teixeira. 3. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

QUENTAL, Antero de. *Revista Os Dois Mundos*. Lisboa: 1877.

SARAIVA, Antônio José. *História da literatura portuguesa*. 9. ed. Porto: Porto Editores, 1997.

SARTRE, Jean Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *O que é literatura?* Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Herculano e a consciência do liberalismo português*. Lisboa: Bertrand, 1986.

SILVA, Antônio Martins. A Vitória Definitiva do Liberalismo e a Instabilidade Constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 5.

SOVERAL, Eduardo Abranches. Sobre as posições filosóficas, religiosas e políticas de Alexandre Herculano. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Porto, 2002.